

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Grant Thornton Auditores
Independentes Ltda.**

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -
12º andar Itaim Bibi, São Paulo (SP)
Brasil

T +55 11 3886-5100

Aos Administradores e Acionistas da
Brasil Bio Fuels S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Brasil Bio Fuels S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para os exercícios findos nessas datas, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para os exercícios findos nessas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

1. Reconhecimento de receita – Nota Explicativa nº 21

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 21 – “Receita operacional líquida”, a Companhia reconheceu, nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, receitas líquidas nos montantes de R\$ 50.008 mil e R\$ 976.218 mil em 31 de dezembro de 2021 e R\$ 28.257 mil e R\$ 168.548 mil em 31 de dezembro de 2020, respectivamente. As receitas operacionais da Companhia e suas controladas são compostas basicamente por receitas de venda de óleo de palma e venda de energia gerada internamente. Tais receitas são reconhecidas quando da entrega dos produtos e disponibilização da energia, cumprindo, desta forma, a obrigação de performance contratual. No entanto, a precisão do reconhecimento das receitas é dependente de controles complexos usados para a identificar e mensurar o cumprimento das obrigações de performance com base no volume de produtos entregues e energia disponibilizada.

Esse assunto foi considerado relevante e uma área de risco em nosso processo de auditoria devido à magnitude dos montantes envolvidos e à complexidade dos controles relacionados à iniciação, autorização, registro e determinação do momento em que a Companhia satisfaz a obrigação de performance.

Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações financeiras

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- compreensão dos principais controles internos relacionados aos processos de iniciação, autorização, registro e conciliação das receitas;
- seleção de contratos de vendas em base amostral para análise das condições acordadas, obrigações de performance, preço, prazo, limites de crédito, entre outros;
- testes do reconhecimento da receita, incluindo a verificação do cumprimento das obrigações de performance contratadas com base nas evidências das entregas dos produtos;
- execução de procedimentos de confirmação de saldos junto à clientes selecionados por meio de amostragem;
- testes da liquidação financeira para contratos/clientes para os quais não obtivemos evidência de confirmação de saldos;
- avaliação da integridade do relatório de contas a receber por idade de vencimento (*aging-list*) por meio de confirmações recebidas e documentos comprobatórios (notas fiscais, faturas, duplicatas, recebimentos etc.);
- avaliação das divulgações feitas pela administração nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Com base nos procedimentos realizados, concluímos que as premissas, critérios e metodologias utilizados pela Companhia para o registro das receitas operacionais são razoáveis. Além disso, as informações apresentadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são consistentes com as informações analisadas em nossos procedimentos de auditoria, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideradas em conjunto.

2. Combinações de negócios – Nota Explicativa nº 11

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria

Durante o exercício de 2020, a Companhia realizou transações que envolveram combinações de negócios, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 11, com contabilização realizada pelo método de aquisição. A aplicação desse método requer uma série de procedimentos, incluindo a determinação da data de obtenção do controle, a avaliação do valor justo da contraprestação transferida, a determinação do valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos e a apuração do ágio por expectativa de rentabilidade futura ou ganho por compra vantajosa na operação (conforme o caso). Dada a considerável margem de julgamento necessária por parte da administração ao avaliar essas transações e definir premissas subjacentes, consideramos esse assunto relevante e uma área de risco para nossa auditoria.

Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações financeiras

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- análise dos contratos de compra e venda celebrados pela Companhia junto aos vendedores, com o objetivo de avaliar os impactos contábeis nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e obter evidências para a determinação da data de obtenção do controle e do valor justo da contraprestação transferida;
- realização de reuniões com a administração e consultores externos para compreender as transações e seus impactos contábeis associados;
- envolvimento de nossos especialistas em finanças corporativas para avaliar a metodologia utilizada na mensuração do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, revisar os cálculos matemáticos, analisar, compreender e desafiar as premissas subjacentes e a metodologia de cálculo das projeções de resultados adotadas pela administração que embasaram o cálculo da contraprestação variável e a alocação do preço de compra; e
- avaliação das divulgações realizadas pela Companhia nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Com base nos procedimentos realizados, concluímos que as premissas, critérios e metodologias utilizados pela Companhia para identificar e registrar as combinações de negócios são razoáveis. Além disso, consideramos que as informações apresentadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são consistentes com as informações analisadas em nossos procedimentos de auditoria, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideradas em conjunto.

Ênfase

Representação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 06 de setembro de 2023, emitimos um relatório de auditoria sem modificação sobre o conjunto completo das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020. Conforme descrito na Nota Explicativa nº 2.27, às demonstrações financeiras individuais e consolidadas daqueles exercícios foram alteradas e estão sendo representadas para refletir o assunto descrito na referida Nota Explicativa nº 2.27. Consequentemente, o presente relatório substitui os anteriormente emitidos. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As Demonstrações Individual e Consolidada do Valor Adicional (DVA) referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional;
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

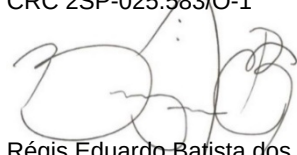
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 14 de novembro de 2023

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1



Régis Eduardo Batista dos Santos
Contador CRC 1SP-255.954/O-0

BRASIL BIO FUELS S.A. E CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020			2021	2020	2021	2020
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	8.177	485	135.998	39.074	Fornecedores	15	32.461	11.565	126.283	125.064
Contas a receber	5	8.675	2.947	56.673	11.854	Empréstimos e financiamentos	16	22.828	19.367	34.929	38.184
Estoques	6	10.940	2.722	64.071	38.051	Arrendamento	14	-	2.748	12.000	7.670
Ativo biológico	7	-	-	273.056	246.127	Obrigações tributárias	17	4.130	2.425	17.220	8.893
Impostos a recuperar	8	5.178	222	14.091	54.003	Obrigações trabalhistas		5.764	5.378	24.143	23.479
Outros créditos	9	14.224	8.216	22.833	15.724	Outras obrigações	18	11.324	16.881	82.875	44.773
Total do ativo circulante		47.194	14.592	566.722	404.833	Total do passivo circulante		76.507	58.364	297.450	248.063
NÃO CIRCULANTE						NÃO CIRCULANTE					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	-	-	122.693	138.936	Empréstimos e financiamentos	16	35.211	7.097	46.988	18.640
Partes relacionadas	12	11.671	6.738	-	-	Arrendamento	14	-	-	42.930	51.424
Outros créditos	9	-	-	8.267	7.433	Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	-	-	196.437	196.437
Estoques	6	-	-	25.371	19.623	Fornecedores	15	-	-	3.077	3.077
Investimentos	11	1.515.678	1.546.985	-	-	Partes relacionadas	12	72.430	165.973	39.482	38.514
Imobilizado	13	271.530	186.497	954.417	871.451	Provisão para riscos	19	-	-	21.412	21.341
Plantas portadoras	13.1	97.728	69.707	709.241	707.769	Provisão perda investimentos	11	4.316	2.867	-	-
Direito de uso	14	-	2.677	45.416	52.451	Obrigações tributárias	17	3.730	4.159	8.696	9.836
Intangível		374	388	3.925	4.579	Outras obrigações	18	224	6.759	27.745	37.311
Total do ativo não circulante		1.896.981	1.812.992	1.869.330	1.802.242	Total do passivo não circulante		115.911	186.855	386.767	376.580
						Capital social	20 a	132.723	132.723	132.723	132.723
						Reserva legal	20 b	26.545	26.545	26.545	26.545
						Reserva de incentivos fiscais	20 c	7.405	7.405	7.405	7.405
						Lucros não destinados aguardando deliberação	20 d	1.585.084	1.415.692	1.585.084	1.415.692
						Patrimônio líquido dos proprietários da controladora		1.751.757	1.582.365	1.751.757	1.582.365
						Participação dos não controladores		-	-	78	67
						Total do patrimônio líquido		1.751.757	1.582.365	1.751.835	1.582.432
TOTAL DO ATIVO		1.944.175	1.827.584	2.436.052	2.207.075	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.944.175	1.827.584	2.436.052	2.207.075

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

BRASIL BIO FUELS S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	21	50.008	28.257	976.218	168.548
Custo dos produtos vendidos	22	(61.553)	(27.994)	(611.254)	(141.590)
LUCRO / (PREJUÍZO) BRUTO		(11.545)	263	364.964	26.958
DESPESAS OPERACIONAIS					
Despesas gerais e administrativas	22	(25.676)	(32.301)	(81.474)	(67.848)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	22	20.394	6	(27.274)	1.378.948
Equivalência patrimonial		198.493	1.366.411	-	-
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		181.666	1.334.379	256.216	1.338.058
RESULTADO FINANCEIRO					
Despesas financeiras	23	(12.440)	(11.442)	(38.594)	(43.126)
Receitas financeiras	23	166	3.943	3.071	4.016
		(12.274)	(7.499)	(35.523)	(39.110)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		169.392	1.326.880	220.693	1.298.948
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Diferidos	10.b	-	-	(16.241)	25.518
Correntes	10.b	-	-	(35.079)	2.414
LUCRO DO EXERCÍCIO		169.392	1.326.880	169.373	1.326.880
Resultado atribuível a:					
Controladora		169.392	1.326.880	169.392	1.326.880
Não controladores		-	-	(19)	-
Média ponderada das ações		6.055.973	6.055.973	6.055.973	6.055.973
Lucro do período por ação - em Reais		27,97	219,10	27,97	219,10

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

BRASIL BIO FUELS S.A. E CONTROLADAS

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais - R\$)**

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Lucro líquido do exercício	169.392	1.326.880	169.373	1.326.880
Resultado abrangente total	<u>169.392</u>	<u>1.326.880</u>	<u>169.373</u>	<u>1.326.880</u>
Resultado abrangente total atribuível aos:				
Acionistas controladores	169.392	1.326.880	169.392	1.326.880
Acionistas não controladores	-	-	(19)	-
Resultado abrangente total	<u>169.392</u>	<u>1.326.880</u>	<u>169.373</u>	<u>1.326.880</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

BRASIL BIO FUELS S.A. E CONTROLADAS

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020**

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota	Capital	Reserva	Reserva de	Lucros não		Patrimônio líquido	Participação	Total do
	explicativa	social	legal	incentivos	destinados	Lucros	dos proprietários	de não	patrimônio
				fiscais	aguardando	acumulados	da controladora	controladores	líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		132.723	-	7.405		115.357	255.485	98	255.583
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	1.326.880	1.326.880	(31)	1.326.849
Constituição de reserva legal		-	26.545	-		(26.545)	-	-	-
Transferencia para reserva		-	-	-	1.415.692	(1.415.692)	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 - Reapresentado	20	132.723	26.545	7.405	1.415.692	-	1.582.365	67	1.582.432
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	169.392	169.392	11	169.403
Transferencia para reserva		-	-	-	169.392	(169.392)	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 - Reapresentado	20	132.723	26.545	7.405	1.585.084	-	1.751.757	78	1.751.835

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

BRASIL BIO FUELS S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota	Controladora		Consolidado	
	explicativa	2021	2020	2021	2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do exercício		169.392	1.326.880	169.373	1.326.880
Ajustes para conciliar o lucro do exercício ao caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.b	-	-	16.241	(25.518)
Depreciação e amortização	22	11.033	5.194	76.359	29.715
Ativo biológico amortização/exaustão	7	-	-	246.127	-
Valor residual baixa de imobilizado e direito de uso	13	1.070	(29)	76.150	-
Resultado de equivalência patrimonial	11	(198.493)	(1.366.411)	-	-
Ganho de compra vantajosa	11	-	-	-	(577.755)
Reversão de impairment	13	-	-	-	(819.543)
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	5	-	-	871	4.967
Juros provisionados	23	7.242	4.873	29.221	20.971
Provisão para riscos	19	-	-	71	-
		(9.756)	(29.493)	614.413	(40.283)
Variações nas contas de ativo:					
Contas a receber		(5.728)	(386)	(45.690)	(5.989)
Estoques		(8.218)	(858)	(31.768)	100.398
Impostos a recuperar		(4.956)	(166)	39.943	(51.857)
Partes relacionadas		(4.933)	9.750	-	8.064
Outros créditos		(6.008)	(2.213)	(7.942)	(13.801)
		(29.843)	6.127	(45.457)	36.815
Variações nas contas de passivo:					
Fornecedores		18.921	536	(793)	78.819
Obrigações tributárias		1.276	1.793	7.187	6.132
Obrigações trabalhistas		386	(1.691)	664	15.806
Partes relacionadas		(92.388)	51.796	-	(3.346)
Outras obrigações		(13.252)	(7.051)	25.695	59.913
		(85.057)	45.383	32.753	157.324
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(124.656)	22.017	601.709	153.856
Juros pagos		(7.545)	(4.873)	(29.237)	(20.969)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(132.201)	17.144	572.472	132.887
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Recebimento de dividendos e redução de capital social	11	231.254	-	-	-
Adições ao imobilizado, planta portadora e intangível	13 e 14	(120.491)	(36.959)	(227.246)	(126.907)
Adições de ativo biológico	7	-	-	(273.056)	-
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		110.763	(36.959)	(500.302)	(126.907)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Captações de empréstimos, financiamentos e debêntures	16	59.365	47.881	71.042	67.156
Pagamento de arrendamento	14	(2.446)	(4.803)	(1.323)	(6.498)
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures	16	(27.789)	(22.794)	(44.965)	(27.587)
Caixa gerado pelas atividades de financiamento		29.130	20.284	24.754	33.071
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		7.692	469	96.924	39.051
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		485	16	39.074	23
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		8.177	485	135.998	39.074
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		7.692	469	96.924	39.051

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

BRASIL BIO FUELS S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Receitas					
Venda de produtos e serviços		58.371	32.053	1.088.117	190.368
Perdas (reversões) de créditos esperadas		-	-	(871)	114
Total		58.371	32.053	1.087.246	190.482
Insumos adquiridos de terceiros					
Custo dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		(34.838)	(25.818)	(32.800)	(79.155)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(5.737)	(26.814)	(75.340)	(55.039)
Perda / Recuperação de valores ativos		(760)	-	(822)	819.315
Outros valores		-	-	(71)	(9)
Total		(41.335)	(52.632)	(109.033)	685.112
Valor adicionado bruto		17.036	(20.579)	978.213	875.594
Depreciação, amortização e exaustão		(11.033)	(5.194)	(322.486)	(29.715)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		6.003	(25.773)	655.727	845.879
Valor adicionado recebido em transferência					
Resultado de quivalência patrimonial	11	198.493	1.366.411	-	-
Receitas financeiras		166	3.943	3.071	4.016
Outras receitas líquidas		18.641	6	20.805	559.629
Total		217.300	1.370.360	23.876	563.645
Valor adicionado total a distribuir		223.303	1.344.587	679.603	1.409.524
Distribuição do valor adicionado					
Pessoal e administradores					
Remuneração direta		21.683	1.692	282.675	33.792
Benefícios		9.927	1.191	57.432	13.169
F.G.T.S		1.625	150	12.966	1.956
Total		33.235	3.033	353.073	48.917
Impostos, taxas e contribuições					
Federais		3.827	2.645	87.962	(15.158)
Estaduais		2.302	425	10.195	3.303
Municipais		142	18	350	74
Total		6.271	3.088	98.507	(11.781)
Remuneração de capitais de terceiros					
Juros, variações cambiais e monetárias		12.138	11.102	30.093	31.504
Despesas de aluguéis		1.965	144	20.056	2.382
Arrendamentos		302	340	8.501	11.622
Total		14.405	11.586	58.650	45.508
Remuneração de capital próprio					
Participação dos não controladores		-	-	-	-
Lucros retidos / prejuízo do período		169.392	1.326.880	169.373	1.326.880
Total		169.392	1.326.880	169.373	1.326.880
Valor adicionado total distribuído		223.303	1.344.587	679.603	1.409.524

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

BRASIL BIO FUELS S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020.

(Valores expressos em milhares de reais R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações sobre o Grupo

1.1 Operações gerais

A Brasil Bio Fuels S.A. ("Companhia" ou "Grupo"), é uma Companhia de capital fechado, constituída em 11 de abril de 2008, com sede na Rod. BR 210, Gleba Jauaperi, Sítio Boa União – Município de São João da Baliza, Estado de Roraima.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, foram autorizadas para emissão de acordo com a resolução dos membros do Conselho de Administração em 14 de novembro de 2023.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Controladora apresenta excesso de passivos circulantes sobre os ativos circulantes no montante de R\$29.313 e R\$43.772, respectivamente, em função das dívidas com bancos e com fornecedores.

Para suprir essa necessidade a Administração continua os esforços juntos as instituições financeiras para serem liberados novos recursos e está atuando para reestruturar a dívida, fazendo o alongamento dos pagamentos e com isso promover a equalização do Capital Circulante Líquido.

1.2 Contexto operacional

A Companhia tem como objeto principal a atuação na geração e distribuição de energia elétrica, fabricação e comércio de biocombustíveis de origem vegetal e animal e outros negócios. Com o propósito de produzir energia e substituição gradativa do diesel fóssil pelo biodiesel para o desenvolvimento sustentável e ecologicamente correto da região Norte do Brasil, junto de sua subsidiária integral Amazonbio Indústria e Comércio de Biodiesel do Amazonas Ltda., consolidou seus investimentos nas 18 Unidades Termelétricas – "UTE's", sendo 4 localizadas no estado do Acre, 10 em Rondônia e 4 no Amazonas.

A Companhia continua em seu propósito de verticalização de suas atividades, através do incremento no plantio da Palma de Dendê, aquisição de novas terras, tecnologias para formação de ativo biológico, otimização das operações das UTEs, implantação da planta de esmagamento e futura utilização dos frutos da palma de dendê na geração do óleo vegetal, o qual será utilizado como matéria prima para produção do biodiesel e destinação alimentar, estando portanto, o negócio agroindustrial em fase avançada de consolidação dos investimentos.

A seguir está comentado o negócio de cada empresa controlada e suas principais informações:

1. Amazonbio Indústria e Comércio de Biodiesel da Amazônia Ltda., empresa dormente, constituída em 02 de maio de 2007. Atuará, principalmente, na produção e comercialização de biodiesel no estado de Rondônia e na geração de energia;
2. Amazonbio Acre Indústria e Comércio de Biodiesel da Amazônia Ltda., empresa dormente, constituída em 22 de julho de 2013. Atuará, principalmente, na produção e comercialização de biodiesel no estado do Acre;
3. Amazonbiodiesel Indústria e Comércio de Óleos Vegetais da Amazonia Ltda., empresa dormente, constituída em 19 de setembro de 2016. Atuará, principalmente, na produção e comercialização de biodiesel no estado do Amazonas;
4. Brasil Bio Fuels Pará II S.A. constituída em 01 de setembro de 2021, empresa dormente. Atuará na geração de energia no estado do Pará;

5. Brasil Bio Fuels Pará Ltda. constituída em 29 de outubro de 2020. Atua como holding sendo a controladora da BBF RIC e não tem outras atividades;
6. Brasil Bio Fuels Reflorestamento, Indústria e Comércio S.A. constituída em 15 de dezembro de 2006, anteriormente denominada “Biopalma S.A.” subsidiária integral da Vale S.A. Atua, principalmente, com a produção e comercialização do óleo de palma no estado do Pará;
7. Brasil Bio Fuels Ethanol Ltda., empresa em fase pré-operacional, constituída em 07 de junho de 2021. Atuará na produção e comercialização do etanol de milho no estado de Rondônia;
8. BBF São João da Baliza Ltda., empresa em fase pré-operacional, constituída em 15 de junho de 2021. Atuará na produção de energia na UTE de Baliza no estado de Roraima;
9. BBF Híbrido Forte São Joaquim Ltda., empresa em fase pré-operacional, constituída em 09 de junho de 2021. Atuará na produção de energia na UTE de São Joaquim no estado de Roraima;
10. BBF Agroindustrial e Biocombustíveis Ltda. constituída em 04 de dezembro de 2013. Atua na produção e comercialização de óleo de soja e derivados no estado do Pará;
11. Brasil Bio Fuels Acre S.A., empresa em fase pré-operacional, constituída em 30 de setembro de 2021. Atuará na geração e comercialização de energia no estado do Acre;
12. BBF Energia do Pará Ltda., empresa em fase pré-operacional, constituída em 12 de agosto de 2021. Atuará na produção e comercialização do HVO e SAF combustíveis que serão utilizados nas aeronaves;
13. Brasil Bio Fuels Geração de Energia Rondônia, empresa em fase pré-operacional, constituída em 20 de julho de 2015. Atuará como Consórcio em parceria com a empresa Amazonbio e Brasil Bio Fuels S.A.;
14. Brasil Bio Fuels Geração de Energia Acre constituída em 29 de junho de 2015 e atua como Consórcio em parceria com as partes relacionadas Amazonbio e Brasil Bio Fuels S.A.;
15. Consórcio BBF Energia Rondônia constituída em 03 de setembro de 2021. Atua como Consórcio em parceria com as partes relacionadas Amazonbio e Brasil Bio Fuels S.A.

Principais eventos e perspectivas

Durante o ano de 2021, a Companhia manteve sua operação de energia nos estados do Acre, Rondônia e Amazonas, utilizando grupo geradores habilitados para a utilização de óleo diesel e biodiesel B100. Esses equipamentos, que utilizam motores Scania, possuem alta tecnologia para que a operação obtenha um menor consumo específico de combustíveis, tanto diesel quanto biodiesel, por MWh gerado. Em setembro de 2021 foram adquiridas mais duas UTE's no Estado de Rondônia, municípios de Izidolândia e Urumacua com capacidade de geração de energia de 1,050 MWh com início da operação em janeiro de 2022.

O negócio de biodiesel em 2021 gerou volume de vendas 4.400,08 m³, registrado retração em relação a 2020 que registrou volume de 5.678,57 m³. Nestes exercícios, houve ainda o efeito da pandemia de Covid-19, contudo com cenário futuro promissor com o fim dos leilões de biodiesel da Petrobrás e a possibilidade de venda direta para as distribuidoras a partir de janeiro de 2022 que possibilitam a geração de maiores volumes de vendas e melhores preços.

Em 19 de novembro de 2020, a controlada BBF Pará Ltda. adquiriu a Bio Fuels Reflorestamento, Indústria e Comércio S.A. (“BBF RIC”). A BBF RIC era uma subsidiária integral da Vale S.A., sendo uma produtora e comercializadora de óleo de palma, com quatro polos de produção na região do vale do Acará e baixo Tocantins, no Pará. Com aquisição da BBF RIC, a Companhia passa a controlar uma área plantada de 68 mil hectares dos quais 7 mil hectares são de parceiros da agricultura familiar, e, com isso, manteve-se o plano de verticalização operacional, com uma maior capacidade de esmagamento de fruto de dendê e produção de óleo de palma, bem como, seus subprodutos como nozes, amêndoas e óleo de palmiste. Com esse novo investimento o Grupo tornou-se a maior produtora de óleo de palma da América Latina. Da área total do Grupo, 75 mil hectares são destinados a preservação ambiental.

O Grupo formou consórcio para fins de participação de leilão da Aneel sagrando-se vencedora para geração de energia em 10 localidades, a preço de R\$ 1.453 por MWh pelo prazo de 15 anos, iniciando a operação e geração de energia em 1º de agosto de 2016, até o exercício 2021, produziu a quantidade de energia de 48.220,88MWh para Energisa Rondônia que proporcionaram faturamento de R\$111.704 mil.

Sagrou-se vencedora para geração de energia em quatro localidades no Estado do Acre, firmando contrato CCESI nº 217/2015 datado de 16 de dezembro de 2015 com a Energisa-Acre, ao preço de R\$ 2.101 por MWh pelo prazo de 15 anos, iniciando a operação de geração de energia em 7 de agosto de 2016, até o exercício 2021, produziu a quantidade de energia de 86.649,32 MWh para a Energisa-Acre com faturamento de R\$340.212 mil.

Sagrou-se vencedora para geração de energia em seis localidades no Estado do Amazonas, firmando contrato CCESI nº 2/2017 e CCESI nº 3/2016, datados de 09 de janeiro de 2018 com a Amazonas Energia, ao preço de R\$ 1.122,00 por MWh pelo prazo de 15 anos, iniciando a operação de geração de energia em 18 de abril de 2019, até o exercício 2021, produziu a quantidade de energia de 55.991,15 MWh para a Amazonas Energia com faturamento de R\$80.680 mil.

Projeto Usina Termelétrica Híbrido Forte São Joaquim

Com previsão de início em abril de 2024, a Usina Termelétrica Híbrido Forte de São Joaquim será implantada no município de Boa Vista/RR em terreno adquirido pela Companhia, tendo como principal via de acesso ao empreendimento a Estrada do Bom Intento (travessa da Rodovia RR321). A área total do terreno é de 360.000 m², sendo necessários para este projeto somente 25.800 m². Com potência instalada de 56.217,00 kW, a UTE será conectada na Subestação Boa Vista, que é o principal ponto de suprimento do sistema elétrico de Roraima, estando localizada próxima aos principais centros de consumo, podendo dessa forma, atingir todo o Estado. A usina utilizará como combustível biomassa e óleo vegetal, atendendo à modalidade "Potência Renovável" estabelecida pelas normas do leilão, se utilizando de equipamento de "Ciclo Diesel". Em 23 de dezembro de 2021 foi celebrado o contrato de financiamento bancário junto ao Banco da Amazonia S/A para financiamento de 70% do valor total do projeto de R\$336 milhões. Este financiamento possui prazo de 11 anos com vencimento em janeiro/2033 e custo equivalente a IPCA + 4,5% a.a.

Projeto Usina Termelétrica Baliza

Com previsão de início em junho de 2024, a Usina Termelétrica BBF Baliza será implantada no município de São João da Baliza/RR em uma área de aproximadamente 18.500 m², que pode ser acessada pela rodovia federal BR-210. Com potência instalada de 17.616,00 kW, a UTE será conectada na Subestação SE São João Baliza, para atender às necessidades estruturais e/ou conjunturais do Sistema Isolado de Boa Vista e localidades conectadas. A geração se dará através do uso de biomassa e grupos geradores movidos a combustível do tipo óleo vegetal, para o aproveitamento do plantio de palma da Companhia, já existente na região. As obras da Usina estão em fase final de implantação.

Projeto Extrusora de Soja

A operação da extrusora de soja terá início em abril de 2022. Localizada no município de Paragominas no Estado de Pará será construída em uma área de 2.046 m² em um terreno adquirido pela BBF. O projeto consiste no processamento de soja e produção de farelo e o óleo de soja bruto. A unidade terá a capacidade de processar 4 ton./hora de soja e produzir 334 m³/mês de óleo bruto e 1.876 ton./mês de farelo, considerando a operação por 22 horas por dia durante 26 dias no mês. Gradativamente, a unidade poderá ter sua capacidade aumentada de processamento para 16 ton./h de soja e produzir 1.335 m³ de óleo e 7.500 ton. de farelo por mês.

Projeto Planta de Biodiesel

O Grupo BBF irá investir, a partir do segundo semestre de 2022, R\$52 milhões na planta de Biodiesel em Manaus, em uma área de 55.000 m³. Esta unidade terá capacidade de produção de 100 m³/dia com possibilidade de expansão até 300 m³/dia. Estima-se 18 meses para a conclusão do projeto. Para financiar este investimento a Companhia obteve junto ao Finep o financiamento de 90%, dos quais R\$23 milhões já foram recebidos em 07 de dezembro de 2022. O prazo total do financiamento será de 120 meses com carência de 21 meses com juros a TJLP + 1,5 a.a.

1.3 Impacto pandemia Covid- 19

Com a declaração de uma pandemia da Covid- 19 pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em 2020, governos de diversos países criaram legislações e normas para enfrentamento à pandemia, se perdurando para o ano de 2021.

Considerando a situação atual da disseminação da pandemia, a Sociedade entende que a projeção de receitas e dos fluxos de caixa operacionais para o ano de 2022 já estão devidamente ajustados e revisados.

Por se tratar de uma atividade essencial, conforme Lei no 13.979, de 2020 artigo 3º item XXVII, as atividades da indústria de biodiesel e geração de energia não sofreram qualquer tipo de interrupção na cadeia de fornecimento, pois caso contrário, colocariam em risco a sobrevivência, saúde e segurança da população.

A administração avalia de forma constante o impacto da pandemia nas operações e na posição patrimonial e financeira da Sociedade, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos nas operações e nas demonstrações contábeis. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações contábeis, a Sociedade avaliou que ainda não há necessidade renegociações de prazo com fornecedores ou adiamento e/ ou cancelamento de aquisição de insumos relacionados a futura demanda, bem como avaliou não ser necessária medidas temporárias ou definitivas no quadro de funcionários da Sociedade.

Um dos impactos observados foi no deslocamento de técnicos para serviços de manutenção necessários nas UTEs, pois em cada uma das cidades em que há usinas, foi criado um comitê para analisar e autorizar a entrada de pessoas estranhas, somente em casos de atividades que sejam de interesse da localidade. Porém, nada disso possui impacto quanto a geração de energia.

1.4 Continuidade operacional

A Administração avalia constantemente a lucratividade das operações e posição financeira. Essa avaliação é baseada em um plano de negócios que inclui planos de ação para melhoria contínua da performance da Companhia, incluindo: crescimento contínuo das operações e melhoria na gestão de capital de giro.

A Administração tem, na data de aprovação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, expectativa razoável de que a Companhia possui recursos adequados para a sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, eles continuam a adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

2. Políticas contábeis

2.1 Base de elaboração e preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e, também, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, além de considerarem os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pela CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e com as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo quando requeridos pelas normas.

Adicionalmente, o Grupo considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.2 Demonstração do valor adicionado

A legislação societária brasileira exige para as companhias abertas a elaboração da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) e sua divulgação como parte integrante do conjunto das demonstrações financeiras. Essas demonstrações foram preparadas de acordo com o CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Resolução CVM 117/22. O IFRS não exige a apresentação desta demonstração. Esta demonstração tem como objetivo apresentar informações relativas à riqueza criada pela companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas.

2.3 Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 03 IAS 7 (R2), emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Os juros capitalizados são apresentados na atividade de investimentos e não na atividade operacional.

2.4 Segmento de negócios

Os segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo tomador de decisões operacionais na decisão de alocar recursos para um segmento individual e na avaliação de desempenho do segmento.

Tendo em vista que todas as decisões são tomadas com base em relatórios internos e que todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, de compras, de investimento e de aplicação de recursos são efetuadas em bases nos segmentos de Óleo de Palma, Energia e Outros, na perspectiva da Administração estes são os seus segmentos. A Administração agrupou, no segmento Outros, negócios com menor volume de receita, custos e os gastos que não podem ser diretamente atribuídos ao negócio como Óleo de Palma e Energia, sendo que estes, em individual ou em conjunto, não são relevantes para as tomadas de decisão dos usuários internos da informação.

2.5 Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2021 e 2020, sendo apresentadas as informações do grupo econômico, em que ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas, despesas e fluxos de caixa da controladora e de suas controladas são apresentados como se fossem uma única entidade econômica.

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle, e são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle, sua consolidação é interrompida. Controle sobre essas entidades é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar suas políticas financeiras e operacionais e tem a capacidade de auferir benefícios e estar exposta aos riscos de suas atividades.

Informações sobre as controladas.

			% Participação	
			2021	2020
1 – Amazonbio Indústria e Comércio de Biodiesel da Amazônia Ltda. ("Amazonbio")	(i)	Direta	99,67%	99,67%
2 – Amazonbio Acre Indústria e Comércio de Biodiesel da Amazônia Ltda. ("Amazonbio Acre")	(ii)	Direta	99,99%	99,99%
3 – Amazonbiodiesel Indústria e Comércio de Óleos Vegetais da Amazônia Ltda. ("Amazonbiodiesel")	(iii)	Direta	99,99%	99,99%
4 – Brasil Bio Fuels Pará II S.A. ("BBF Pará II")	(iv)	Direta	100,00%	100,00%
5 – Brasil Bio Fuels Pará Ltda. ("BBF Pará")	(v)	Direta	100,00%	100,00%
6 – Brasil Bio Fuels Reflorestamento, Indústria e Comércio S.A. ("BBF RIC")	(vi)	Indireta	100,00%	100,00%
7 – Brasil Bio Fuels Ethanol Ltda. ("BBF Ethanol")	(vii)	Direta	100,00%	100,00%
8 – BBF Transportes Fluviais Ltda. ("BBF Transportes")	(vii)	Direta	100,00%	100,00%
9 – BBF São João da Baliza Ltda. ("BBF Baliza")	(vii)	Direta	100,00%	100,00%
10 – BBF Híbrido Forte São Joaquim Ltda. ("BBF São Joaquim")	(vii)	Direta	100,00%	100,00%
11 – BBF Agroindustrial e Biocombustíveis Ltda. ("BBF Agro")	(vii)	Direta	99,99%	99,99%
12 – Brasil Bio Fuels Acre S.A. ("BBF Acre")	(vii)	Direta	100,00%	100,00%
13 – BBF Energia do Pará Ltda. ("BBF Pará III")	(vii)	Direta	100,00%	100,00%
14 – Brasil Bio Fuels Geração de Energia Rondônia. ("BBF Rondônia")	(vii)	Direta	100,00%	100,00%
15 – Brasil Bio Fuels Geração de Energia Acre. ("BBF Acre II")	(vii)	Direta	100,00%	100,00%
16 – Consórcio BBF Energia Rondônia.	(vii)	Direta	100,00%	100,00%

- (i) Desenvolve a atividade de fabricação de biocombustíveis exceto álcool, geração de energia elétrica, fabricação de óleos vegetais bruto, exceto óleo de milho, dentre outras.
- (ii) Desenvolve a atividade de fabricação de óleos vegetais bruto, exceto óleo de milho.
- (iii) Desenvolve a atividade de fabricação de biocombustíveis, exceto álcool.
- (iv) Desenvolve a atividade de geração de energia elétrica no sistema isolado.
- (v) Holding com participação acionária de 100% da Brasil Bio Fuels Reflorestamento Indústria e Comércio S.A.
- (vi) Desenvolve a atividade de cultivo de dendê e fabricação de óleos vegetais, exceto óleo de milho.
- (vii) Entidades não operacionais constituídas no último semestre de 2021.

A parte do patrimônio líquido das controladas não atribuível, direta ou indiretamente, à controladora ("Participação dos não controladores") é apresentada no balanço patrimonial consolidado, dentro do patrimônio líquido, separadamente do patrimônio líquido dos proprietários da controladora, assim como a participação no resultado do exercício não atribuível, direta ou indiretamente, à controladora ("Resultado atribuível a não controladores").

As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas e o exercício social dessas entidades coincide com o da Companhia.

2.6 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo com liquidez imediata, conversíveis em um montante conhecido de caixa, com risco insignificante de mudança de valor, e com vencimentos no prazo de três meses ou menos da data da contratação. As aplicações financeiras são registradas pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, até a data do balanço, os quais se aproximam do seu valor justo e não excedem o seu valor de realização.

2.7 Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia e suas controladas.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a estimativa de perdas de crédito esperadas (impairment).

A Companhia efetua regularmente análise histórica de seus recebíveis com o objetivo de aprimorar o cálculo das perdas estimadas, que considera o risco da indústria, histórico de perdas e riscos de créditos associado a cada faixa de vencimentos, além de incluir no valor da estimativa o valor integral dos saldos vencidos com base no IFRS 9 – Instrumentos Financeiros.

2.8 Estoques

Os estoques são registrados ao custo de aquisição e reduzidos ao seu valor líquido de realização, caso seja menor. O método de avaliação dos estoques é o custo médio. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de matérias primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal). O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda e a distribuição dos estoques.

A Companhia e suas controladas consideram em sua provisão para perdas nos estoques os seguintes componentes: produtos descontinuados, materiais com giro lento (considerando os itens sem movimento acima de 180 dias), materiais com prazo de validade expirados ou próximo da data de expiração e materiais fora dos parâmetros de qualidade ou danificados, registrados na rubrica de “custo dos produtos vendidos”.

2.9 Investimentos

Controlada é uma entidade sobre a qual o Grupo exerce influência significativa. Influência significativa é o poder de participar das decisões sobre políticas financeiras e operacionais de uma investida. Os investimentos do Grupo nas controladas são contabilizados com base no método de equivalência patrimonial.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento em uma controlada é reconhecido inicialmente ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação do Grupo no patrimônio líquido da controlada a partir da data de aquisição. O ágio/deságio relativo à controlada é incluído no valor contábil do investimento, não sendo, no entanto, amortizado nem separadamente testado para fins de redução no valor recuperável dos ativos.

2.10 Imobilizado

O imobilizado está registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, adicionado dos juros e demais encargos financeiros incorridos durante a construção ou desenvolvimento de projetos, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos e estão líquidos da depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Os gastos com manutenção e reparos, que não aumentam significativamente a vida útil dos bens, são contabilizados como despesa quando incorridos. Os gastos que aumentam significativamente a vida útil das instalações e dos equipamentos são agregados ao valor do ativo imobilizado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Móveis e utensílios	10 anos
Edificações e benfeitorias em imóveis de terceiros	25 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Veículos	5 anos
Planta portadora Palma de Dendê (nota 2.12)	30 anos
Instalações	10 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos

2.11 Ativo biológico

Os ativos biológicos da Companhia e suas controladas, correspondem aos cachos de fruto fresco da palmeira de dendê (CFF), aos quais o estágio de sua transformação biológica permite uma mensuração dos volumes de forma confiável. Os ativos biológicos são utilizados como matéria prima no processo de produção de óleo de palma e derivados.

Para a determinação do seu valor justo, foi aplicada a técnica da abordagem de receita ("income approach") utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado, de acordo com o ciclo de produtividade projetado para estes ativos. As premissas utilizadas na mensuração do valor justo são revistas a cada data de reporte. O ganho ou perda na avaliação do valor justo é reconhecida na rubrica custo dos produtos vendidos. As premissas significativas estão apresentadas na nota 7.

Para determinação do valor de mercado do CFF, a Companhia aplicou técnica de mensuração alternativa por meio da derivação do preço sintético do óleo bruto de dendê (principal produto agrícola derivado do esmagamento e refino do óleo de dendê e com cotação pública), considerando como o mercado primário o mercado de Roterdã, devido ao volume de negociações, a Companhia tomou como referência a cotação de óleo de palma na bolsa de Roterdã, ajustadas ao local em que o ativo se encontra.

A qualidade e rendimento do fruto é influenciada por uma série de fatores, sendo os mais preponderantes, o nível de investimento efetuado no trato cultural, idade da planta, técnica de colheita e velocidade no processamento do CFF pela indústria.

Além disso, os ativos biológicos não foram dados em garantias, assim como também não possuem seguro contra incêndio ou outra intempérie climática.

2.12 Planta Portadora

A planta portadora é representada pela palmeira de azeite de dendê. Tais ativos são plantadas em terras de propriedade do Grupo BBF e estão localizadas na região norte do Brasil, especialmente no Estado do Pará. Na busca por um equilíbrio na qualidade, resistência a fatores climáticos adversos e rentabilidade na produção do CFF, o Grupo optou pelo plantio e diversificação de suas variedades (asiáticas, africanas e brasileiras) na área de plantio. A palmeira de dendê inicia o ciclo de produção comercial por volta do 4º ano de plantio, elevando sua produtividade gradativamente até o 15º ano e mantendo produção economicamente viável até 30º ano, momento em que a Companhia avaliará e decidirá quanto a reforma da área de plantio. Todos os custos diretos e indiretos incorridos desde a produção da muda ou aquisição de terceiros, até a data de plantio são contabilizados ao custo da planta portadora, conforme incorrido.

A administração com base na vida útil estimada considerou a exaustão linear ao percentual de 3,33% a.a., iniciado quando o talhão/parcela atinge a viabilidade econômica para colheita e com duração até o fim da vida econômica da planta, atualmente esperado para o 30º ano.

Não há seguro contratado e/ou garantia quanto ao ressarcimento do Grupo na eventualidade de perda da plantação por eventos adversos, tais como incêndios, alagamentos ou pragas.

A Companhia está sujeita às leis e regulamentos pertinentes as atividades em que opera. Dessa forma, a Companhia estabeleceu políticas ambientais e procedimentos que visam o cumprimento das leis ambientais. A administração realiza análises periódicas para identificar os riscos ambientais e para garantir que seus sistemas existentes são suficientes para gerir esses riscos.

2.13 Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis são substancialmente direitos de usos de software com vida útil definida e são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada.

As vidas úteis estimadas para os ativos intangíveis são:

Sistemas de processamento de dados	5 anos
------------------------------------	--------

2.14 Arrendamentos

Taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário

Para determinar a taxa incremental de empréstimo, a Companhia faz ajustes específicos à taxa, como no prazo, risco país e moeda. A taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato.

A obtenção desta taxa envolve um elevado grau de julgamento, e deve ser em função do risco de crédito do arrendatário, do prazo do contrato de arrendamento, da natureza e qualidade das garantias oferecidas e do ambiente econômico em que a transação ocorre. O processo de apuração da taxa utiliza preferencialmente informações prontamente observáveis, a partir das quais devem proceder aos ajustes necessários para se chegar à sua taxa incremental de empréstimo.

A aplicabilidade do IFRS 16/CPC 06(R2) permite que a taxa incremental seja determinada para um agrupamento de contratos, uma vez que esta escolha está associada à validação de que os contratos agrupados possuem características similares.

A Companhia adotou o expediente prático de determinar agrupamentos para seus contratos de arrendamento em escopo por entender que os efeitos de sua aplicação não divergem materialmente da aplicação aos arrendamentos individuais. O tamanho e a composição das carteiras foram definidos conforme as seguintes premissas: (a) ativos de naturezas similares e (b) prazos remanescentes com relação à data de aplicação inicial similares.

Classificação e mensuração

Os arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo correspondente na data em que o ativo arrendado se torna disponível para uso pela Companhia. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o exercício do arrendamento.

Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente.

A Companhia está exposta a potenciais aumentos futuros nos pagamentos de arrendamentos variáveis com base em um índice ou taxa, os quais não são incluídos no passivo de arrendamento até serem concretizados. Quando os ajustes em pagamentos de arrendamentos baseados em um índice ou taxa são concretizados, o passivo de arrendamento é reavaliado e ajustado em contrapartida ao ativo de direito de uso.

Os ativos de direito de uso são mensurados ao seu valor de custo, considerando o prazo do contrato já firmado e ainda se há intenção de renovação posterior. Estes ativos geralmente são depreciados ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor.

Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo de equipamentos, veículos e todos os arrendamentos de ativos de baixo valor, considerando contratos anuais de R\$ 50, são reconhecidos pelo método linear como uma despesa no resultado. Arrendamentos de curto prazo são aqueles com um prazo menor que 12 meses. Os ativos de baixo valor incluem equipamentos de informática e pequenos equipamentos.

2.15 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Ativos circulantes e não circulantes detidos para o uso estão sujeitos a uma avaliação de “impairment”, se os fatos e as circunstâncias indicarem que o valor contábil não é recuperável com base no maior entre os fluxos de caixa futuros descontados e o valor líquido de venda do ativo.

Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no seu menor nível para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidades geradoras de caixa – UGC), considerando a similaridade dos produtos e serviços prestados pela Companhia e a forma como ela acompanha e gerencia os fluxos de caixa gerado. O acompanhamento e gerenciamento da Companhia sobre os fluxos de caixa gerado é de acordo com segmentos definidos pela Companhia. Estas definições são efetuadas e revisadas de forma corporativa, por segmento no menor nível de fluxo de caixa, ou seja, é possível afirmar que os segmentos em que os relatórios são preparados e as decisões da Companhia são tomadas a nível de segmento é menor unidade geradora de caixa – UGC para avaliação de indicadores de perda por valor recuperável.

A avaliação da necessidade de teste de “impairment” é realizada em períodos anuais, ao final de cada exercício, exceto na existência de algum indicador de “impairment” que a Companhia venha a identificar o que a obrigaria a elaborar um teste de “impairment” intermediário para os ativos de vida útil definida. O valor recuperável de uma operação é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, baseada em orçamentos financeiros aprovados pela Administração (Plano Estratégico da Companhia) para o período correspondente ao ciclo de vida esperado de cada operação.

As projeções de fluxo de caixa consideram todas as características dos negócios da Companhia nos quais os investimentos em ativos imobilizados e ativos intangíveis são efetuados, tais como o nível de investimento e os retornos (de médio e longo prazos), além do eventual redirecionamento de ativos para novos negócios. Estes fluxos são trazidos a valor presente utilizando uma taxa de desconto compatível com o mercado e que reflita a expectativa de retorno dos investidores.

Na existência de um ajuste por conta da não recuperação dos ativos alocados a uma operação, seu valor é proporcionalizado em função dos ativos líquidos da Companhia e reconhecido em sua totalidade na operação sob a rubrica “Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas”.

2.16 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Após reconhecimento inicial, ao valor justo, os empréstimos, financiamentos e debêntures estão sujeitos a juros mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado, no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

2.17 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios.

2.18 Provisões

A Companhia reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente (legal ou presumida) como resultado de um evento passado, quando é provável que o pagamento de recursos deva ser requerido para liquidar a obrigação e quando a estimativa pode ser feita de forma confiável. Quando alguma dessas características não é atendida, a Companhia não reconhece nenhuma provisão.

2.19 Tributos

Impostos sobre as vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- Quando os impostos incidentes na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso.
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.
- O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As controladas BBF RIC e Amazonbio possuem incentivo tributário para o ICMS, instituído pela Lei no 1.558 de 26 de dezembro de 2005, conforme Ato Concessório no 003/2011/Conder, com redução de 95% e 85%, respectivamente, da base incentivado, além de incentivo com a redução da base do IRPJ em 75% referente a implantação de empreendimento industrial na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam).

Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

Imposto de renda e contribuição social correntes

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro real tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro real tributável, reconhecidos pelo regime de competência, ambos respeitando as regras de adições e exclusões para apuração do lucro real. Eventuais antecipações de impostos ao longo do ano e que não se confirmam como devidas ao final do ano estão representadas no ativo circulante e não circulante em função de sua expectativa de recuperação.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Imposto de renda diferido é gerado por diferenças temporárias, saldo de prejuízo fiscal e saldo de base negativa de contribuição social na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seu valor contábil.

Imposto de renda diferido ativo é reconhecido para todas as diferenças, créditos ou prejuízos fiscais dedutíveis não utilizados na extensão em que seja provável que haverá lucro tributável disponível para permitir a realização das diferenças temporárias dedutíveis, bem como o uso de créditos tributários e prejuízos fiscais não utilizados.

O valor contábil de imposto diferido ativo é revisado a cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados com base na alíquota de imposto que se espera aplicar no exercício em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas de imposto (e legislação tributária) em vigor na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados pelo valor líquido quando houver o direito legal de compensar imposto diferido ativo com imposto diferido passivo e quando os impostos diferidos se refiram à mesma entidade tributada e estejam sujeitos à mesma autoridade fiscal.

Os incentivos fiscais aos quais reduzem a carga tributária de imposto de renda e contribuição social correntes nas controladas são registrados quando incorridos e serão alocados em rubrica de reserva de subvenção na demonstração do patrimônio líquido, quando houver, e não estão disponíveis para distribuição aos acionistas como dividendos.

2.20 Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e mercadorias no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos, dos descontos e dos fretes sobre vendas, bem como das eliminações das vendas entre Companhias controladas.

Receita com venda de produtos e mercadorias

As vendas dos produtos, mercadorias e energia são apuradas em conformidade com o regime contábil de competência, sendo reconhecidas quando for satisfeita a obrigação de desempenho e quando o controle, risco e benefícios são transferidos ao cliente em suas instalações. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

A Companhia reconhece a receita quando:

- (i) identifica os contratos com os clientes;
- (ii) identifica as diferentes obrigações do contrato;
- (iii) determina o preço da transação;
- (iv) aloca o preço da transação as obrigações de performance;
- (v) satisfaz todas as obrigações de desempenho

2.21 Subvenções governamentais

As subvenções e as assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelo governo do respectivo Estado e são registradas como receita no resultado durante o período necessário para confrontar com a despesa que a subvenção ou assistência governamental pretende compensar.

2.22 Instrumentos financeiros

Reconhecimento e desreconhecimento

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

Mensuração

No reconhecimento inicial, o Grupo mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado ("VJR"), dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.

Instrumentos patrimoniais

As variações no valor justo dos ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidas em outros ganhos/(perdas) na demonstração do resultado quando aplicável.

Impairment

Para as contas a receber de clientes, o Grupo aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48/IFRS 9 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis, considerando eventuais negociações com os clientes e histórico de recebimentos.

Impairment de ativos financeiros

Ativos mensurados ao custo amortizado

O Grupo avalia na data de cada balanço a evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros estão deteriorados. Um ativo ou grupo de ativos financeiros deteriorados e suas perdas por impairment incorridas, somente serão reconhecidas se houver evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos. Após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") apresentar impacto no fluxo de caixa futuro o seu valor será estimado de maneira confiável.

O montante da perda por impairment é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não serão incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo será reduzido e o valor do prejuízo reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por impairment será a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, o Grupo poderá mensurar o impairment com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por impairment diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.23 Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras do Grupo compreendem:

- Juros sobre aplicações financeiras e atualização de impostos a recuperar;
- Receitas de operações com partes relacionadas;
- Despesas com descontos concedidos;
- Despesas com juros sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e impostos a recolher;
- Outras.

As receitas e as despesas financeiras são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos.

2.24 Circulante versus não circulante

O Grupo apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- (i) Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- (ii) Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- (iii) Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e
- (iv) A Companhia tem o direito de diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses após o período do relatório.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado no circulante quando:

- (i) Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
- (ii) Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- (iii) Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e

- (iv) A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação.

Todos os demais passivos são classificados como não circulante.

2.25 Resultado por ação

O resultado por ação foi calculado de acordo com o CPC 41/IAS 33, o qual exige que seja apresentado nas demonstrações do resultado, o lucro ou prejuízo líquido do exercício e o seu montante por ação do capital social. O cálculo básico do resultado por ação é feito por meio da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

2.26 Benefícios a empregados

a) Benefícios de curto prazo

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

b) Plano de contribuição definida

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível. O Grupo não possui benefícios pós-emprego.

2.27 Reapresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 que haviam sido reapresentadas em 06 de setembro de 2023, foram alteradas e estão sendo reapresentadas novamente em virtude da não destinação do lucro, conforme requerido pelo artigo 192 da Lei 6.404/76 e oriundos do ofício CVM nº 310/2023/CVM/SEP/GEA-1, como segue:

- Alterações nas apresentações e divulgações: transferido para lucros não destinados aguardando deliberação o montante de lucros acumulados não distribuídos.

Desta forma, os valores do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 estão sendo reapresentados para melhor entendimento e adequação as normas praticadas, conforme demonstrado abaixo.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Controladora			Controladora		
	2021			2020		
	Publicado	Reclassi- ficação	Reapre- sentado	Publicado	Reclassi- ficação	Reapre- sentado
Capital social	132.723	-	132.723	132.723	-	132.723
Reserva legal	26.545	-	26.545	26.545	-	26.545
Reserva de incentivos fiscais	7.405	-	7.405	7.405	-	7.405
Lucros acumulados	1.585.084	(1.585.084)	-	1.415.692	(1.415.692)	-
Lucros não destinados aguardando deliberação	-	1.585.084	1.585.084	-	1.415.692	1.415.692
Patrimônio líquido dos proprietários da controladora	1.751.757	-	1.751.757	1.582.365	-	1.582.365
Participação de não controladores	78	-	78	67	-	67
Total do patrimônio líquido	1.751.835	-	1.751.835	1.582.365	-	1.582.432

2.28 Pronunciamentos novos ou revisados, aplicados pela primeira vez em 2021

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2021 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

- **Reforma da taxa de juros de referência** – Fase 2 (alterações ao CPC48/IFRS 9, CPC 38/ IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16) – A partir de 1º de janeiro de 2022;
- **Contratos Onerosos** – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37) – A partir de 1º de janeiro de 2022;
- **Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16)** – A partir de 1º de janeiro de 2022;
- **Referência à Estrutura Conceitual** (Alterações ao CPC 15/IFRS 3) – A partir de 1º de janeiro de 2022;
- **Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1)** – A partir de 1º de janeiro de 2023; e
- **IFRS 17 Contratos de Seguros** – A partir de 1º de janeiro de 2023.

A vigência dessas alterações deve ser estabelecida pelos órgãos reguladores que o aprovarem, sendo que, para o pleno atendimento às normas internacionais de contabilidade, a entidade deve aplicar essas alterações nos períodos anuais com início em, ou após, 1º de janeiro de 2021.

A Companhia analisou as emendas às normas contábeis no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e até o momento não identificou impactos em suas políticas operacionais e contábeis a serem adotados retrospectivamente ou no início do exercício de 2021.

2.29 Normas emitidas e ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas e ainda não vigentes até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo, estão descritas a seguir. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Alterações no CPC 37/IFRS 1 (R1), CPC 48/IFRS 9, CPC 29/IAS 41, CPC 27/IAS 16, CPC 25/IAS 37 e CPC 15/IFRS 3 (R1).

As alterações aos pronunciamentos acima são em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias entre 2018 e 2020, tais como:

- Contrato Oneroso – custos de cumprimento de contrato;
- Ativo imobilizado – vendas antes do uso pretendido; e
- Referências à estrutura conceitual.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2022 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, as alterações não representam impacto nas operações do Grupo.

2.30 Outras normas

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas e ainda não vigentes até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo, estão descritas a seguir. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

IFRS 17 – Contratos de seguro

Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 – Contratos de Seguro (CPC 50 – Contratos de Seguro que substituiu o CPC 11 – Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Uma vez que o Grupo não emite ou emitiu contratos de seguro, nem detém contratos de resseguro, esta norma não é aplicável.

A Administração informa que essa norma não impacta a Companhia.

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação;
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, as alterações não representam impacto nas operações do Grupo.

Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de 'estimativa contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis.

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período.

Adoção antecipada é permitida se divulgada.

Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras do Grupo.

Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis.

As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária.

O Grupo está atualmente revisitando as divulgações das políticas contábeis para confirmar que estão consistentes com as alterações requeridas.

Alterações ao IAS 12: Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação

Em maio de 2021, o Conselho divulgou alterações ao IAS 12, que restringem o escopo da exceção de reconhecimento inicial sob o IAS 12, de modo que não se aplica mais a transações que dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais.

As alterações devem ser aplicadas a transações que ocorram nos períodos anuais com início em, ou após o mais antigo período comparativo apresentado. Além disso, no início do mais antigo período comparativo apresentado, um imposto diferido ativo (desde que haja um lucro tributável suficiente disponível) e um imposto diferido passivo também devem ser reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis associadas a arrendamentos e obrigações de desmantelamento.

O Grupo está avaliando o impacto dessas alterações e não espera impactos relevantes.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas podem levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

A principal premissa relativa a estas fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro referem-se ao seguinte:

a) Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa

A perda esperada para créditos de liquidação duvidosa ("P.E.C.L. D") de contas a receber de clientes são constituídas com base no julgamento da Companhia sobre sua capacidade de cobrar todos os valores devidos considerando os prazos originais das contas a receber de clientes.

b) Determinação do método de contabilização do ativo biológico e ciclo biológico da planta

Representa o valor presente dos fluxos de caixa líquidos estimados para estes ativos, o qual é determinado por meio de aplicação de premissas a modelos de fluxos de caixa descontado.

A Companhia aplica o tratamento contábil de ativos biológicos para os cachos de fruto fresco da palmeira de dendê (CFF) em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 29 – Ativo Biológico e Produto Agrícola. O custo de produção dos estoques de produtos acabados e, por consequência, o custo dos produtos vendidos levam em conta a parcela do efeito a valor justo dos ativos biológicos na data da colheita da CFF. As principais premissas utilizadas para determinar o valor justo do ativo biológico são as seguintes: área plantada, produtividade por hectare, preço e custos de plantio e de manutenção dos florestais, gastos com frete, colheita e transporte.

c) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A Companhia reconhece provisões para situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado das questões subjacentes a essas questões for diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetarão os ativos e passivos fiscais no exercício em que o valor definitivo for determinado.

d) Provisão para riscos

A Companhia é parte envolvida em processos tributários, cíveis, trabalhistas e ambientais que se encontram em instâncias diversas. As provisões para riscos, são constituídas para fazer face a toda potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, os quais é provável que uma saída de recursos seja requerida para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Caixa e bancos	140	484	1.252	1.147
Aplicações financeiras	8.037	1	134.746	37.927
Total	8.177	485	135.998	39.074

As aplicações financeiras estão representadas por aplicações em Certificados de Depósito Bancário CDB com remunerações de 100% da variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro CDI, com possibilidade de resgate imediato, conversíveis em caixa, sem alteração de valor e em prazo menor de 90 dias após sua aplicação.

5. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Contas a receber	8.675	2.947	62.511	16.821
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(5.838)	(4.967)
Total	8.675	2.947	56.673	11.854

A composição por vencimento dos recebíveis é segregada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Títulos a vencer	3.492	2.947	38.725	3.889
Vencidos				
De 01 a 30 dias	3.584	-	15.073	7.031
De 31 a 60 dias	1.045	-	1.206	122
Maior de 61 dias	554	-	1.669	812
Total	8.675	2.947	56.673	11.854

O contas a receber tem prazo médio de recebimento entre 20 e 30 dias. Para o montante vencido, há um processo de cobrança e caso exista indicação de risco no recebimento os valores são inseridos no cálculo de perdas estimadas. Não há cobrança de juros sobre o saldo das contas a receber em atraso. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Companhia possui estimativa de perdas conforme demonstrada abaixo e em montante que julga ser suficiente para fazer frente às perdas de crédito esperadas.

Movimentação da perda esperada para créditos de liquidação duvidosa.

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Saldo em 1º de janeiro	-	-	(4.967)	-
Provisões	-	-	(871)	(4.967)
Saldo em 31 de dezembro	-	-	(5.838)	(4.967)

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não houve baixas de perdas efetivas de recebíveis de clientes.

6. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Matéria-prima (i)	-	1.364	3.396	5.910
Produtos acabados (ii)	2.271	196	31.209	27.184
Almoxarifado (iii)	8.621	-	52.927	21.768
Produtos em processo	-	1.162	-	1.162
Produtos agrícolas	48	-	9.584	1.484
Outros	-	-	301	166
Provisão para perda nos estoques (iv)	-	-	(7.975)	-
Total	10.940	2.722	89.442	57.674
Circulante	10.940	2.722	64.071	38.051
Não circulante	-	-	25.371	19.623

- (i) Matérias-primas utilizadas para produção de biodiesel (geração de energia) e óleo de palma;
- (ii) Os produtos acabados referem-se substancialmente a biodiesel e óleo de palma utilizados para geração de energia e comercialização com terceiros além de diesel utilizado no consumo das usinas de energia.;
- (iii) Representado substancialmente pelos estoques de peças de reposição e materiais de manutenção das UTE'S.
- (iv) Substancialmente o montante é representado por material de manutenção industrial com giro acima de 12 meses.

Movimentação da provisão para perda nos estoques:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Saldo em 1º de janeiro	-	-	-	-
Provisões	-	-	(7.975)	-
Saldo em 31 de dezembro	-	-	(7.975)	-

7. Ativo Biológico

A movimentação do valor justo no exercício é a seguinte:

	Consolidado	
	2021	2020
Saldo 1º de janeiro	246.127	-
Ajuste do valor justo	20.958	-
Adições por formação	252.098	246.127
Amortização/exaustão	(246.127)	-
Saldo em 31 de dezembro	273.056	246.127
Representado por:		
Montante a valor justo	64.931	-
Montante a custo de formação	208.126	246.127
Total do ativo biológico a valor justo	273.056	246.127

O cálculo do valor justo dos ativos biológicos se enquadra no nível 3 da hierarquia estabelecida no CPC 46/IFRS 13 – Mensurações do Valor Justo, devido à complexidade e estrutura do cálculo.

As premissas de produtividade (tonelada por hectare) e preço (real por tonelada), destacam-se como sendo as principais, notadamente pela maior sensibilidade, ou seja, onde aumentos ou reduções geram ganhos ou perdas relevantes na mensuração do valor justo.

As premissas e dados utilizados na mensuração do valor justo dos ativos biológicos foram:

- (i) Período de transformação biológica onde a produção pode ser estimada de forma confiável, 30 dias;
- (ii) A produtividade (tonelada por hectare) é estimada com base no volume de CFF esperado por hectare, apurado com base no material genético aplicado em cada região, práticas agrícolas e de manejo florestal, fatores climáticos e de condições do solo;
- (iii) O custo-padrão médio por hectare estimado contempla gastos com tratos e manejos florestais, aplicados a cada ano de formação do ciclo biológico, acrescidos do custo de oportunidade das terras próprias;
- (iv) Os preços de venda do óleo bruto de palma, foram baseados em cotações na bolsa de Roterdã.

O modelo de precificação considera os fluxos de caixa líquidos, após a dedução dos tributos sobre o lucro com base nas alíquotas vigentes.

A Companhia administra os riscos financeiros e climáticos relacionados com a atividade agrícola de forma preventiva. Para redução dos riscos decorrentes de fatores climáticos, é realizado monitoramento meteorológico e, nos casos de ocorrência de pragas e doenças, o departamento agrícola adota procedimentos para diagnóstico e ações rápidas contra as possíveis ocorrências e perdas.

8. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
PIS e COFINS a recuperar	5.174	219	10.835	36.255
Outros impostos a recuperar	4	3	3.256	17.748
Total	5.178	222	14.091	54.003

9. Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Adiantamento a fornecedores (i)	13.614	7.829	20.071	13.252
Depósitos judiciais (ii)	-	-	8.267	7.433
Outros créditos	610	387	2.762	2.472
Total	14.224	8.216	31.100	23.157
Circulante	14.224	8.216	22.833	15.724
Não circulante	-	-	8.267	7.433

- (i) Valores referentes à aquisição futura de mercadorias, insumos e serviços para construções dos projetos em andamento.
- (ii) Depósitos judiciais trabalhistas realizados com o objetivo de garantir a efetividade da decisão judicial, depositados em conta bancária antes da decisão final das ações.

10. Imposto de renda e contribuição social

(a) Origem do imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Prejuízos fiscais e bases negativas de imposto de renda e contribuição social (c)	-	-	198.373	209.804
Provisão para riscos	-	-	7.280	7.256
Custos do ativo biológico (a)	-	-	(92.839)	(83.683)
Outras diferenças temporárias	-	-	9.879	5.559
Ativo não circulante	-	-	122.693	138.936
Compra vantajosa (b)	-	-	(196.437)	(196.437)
Passivo não circulante	-	-	(196.437)	(196.437)

- (a) Imposto diferido foi constituído devido anteriormente os custos de formação do ativo biológico terem sido alocados ao resultado e com a classificação para o ativo circulante gerou diferença na base tributária
- (b) A aquisição da BBR RIC em 2020 gerou o ganho vantajoso que na base tributária é excluído e passa a ser tributado somente na alienação do investimento. Com isso foi gerado a diferença temporária entre as bases.
- (c) A Companhia reconheceu os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social de exercícios anteriores, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis, na extensão que é provável que o lucro tributável seja disponível para uso na compensação das diferenças temporárias, com base nas premissas e condições estabelecidas no modelo de negócios da Companhia.

O reconhecimento inicial e as posteriores avaliações do imposto de renda diferido ocorrem quando seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação do ativo fiscal diferido, com base em projeções de resultado elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitam a sua utilização total, ou parcial se for constituído o crédito integral.

A realização dos créditos de imposto de renda diferidos decorrentes de prejuízos fiscais é avaliada a partir de estudos técnicos aprovados pela Diretoria e considera o planejamento orçamentário para o período de 10 anos, bem como sua projeção estável a partir de 2024. Na elaboração dos lucros tributáveis futuros, a Companhia utilizou premissas, tais como crescimento das receitas e margens de lucro e fatores macroeconômicos, além de considerar o limite de 30% do lucro tributável para compensação anual, conforme legislação vigente. Para os créditos tributários decorrentes de provisões contábeis, a expectativa foi feita considerando a estimativa de realização das diferenças temporárias dedutíveis.

Com base em projeções de lucros tributáveis aprovados pela administração anualmente, se espera que esses créditos fiscais sejam realizados em até 10 anos, nos seguintes exercícios:

	Consolidado
2024	21.000
2025	26.000
2026	27.000
2027 em diante	124.373
	198.373

Em 31 de dezembro de 2021 a controlada BBR RIC possui R\$ 2.097.722 de prejuízos fiscais de impostos de renda e base negativa da contribuição social para os quais não foram reconhecidos o imposto de renda e a contribuição social diferidos.

(b) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	169.392	1.326.880	220.693	1.298.948
Imposto de renda calculado à alíquota nominal 34%	(57.593)	(451.139)	(75.036)	(441.642)
Equivalência patrimonial (nota 11)	67.488	464.580	-	-
Incentivo fiscal de ICMS	-	-	35.101	16.838
Despesas indedutíveis	-	-	-	40.000
Prejuízo fiscal e base negativa reconhecidos	-	-	-	209.804
Compra vantajosa	-	-	-	196.437
Prejuízos fiscais não reconhecidos	(9.895)	(13.488)	-	-
Outras diferenças permanentes	-	47	(11.385)	6.495
	-	-	(51.320)	27.932
Reconhecidos no resultado:	-	-		
Receita (despesa) de imposto diferido	-	-	(16.241)	25.518
Receita (despesa) de imposto corrente	-	-	(35.079)	2.414
Alíquota efetiva	-	-	-23%	2%

11. Investimentos e provisão de perdas em investimentos

Informações sobre as investidas:

	Percentual de participação (%)		Patrimônio líquido (negativo)		Lucro (prejuízo) do exercício		Equivalência patrimonial		Valor dos investimentos	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Amazonbio Indústria e Comércio de Biodiesel da Amazônia Ltda.	99,67	99,67	23.745	18.040	5.705	(20.290)	5.686	(20.223)	23.667	17.980
Brasil Bio Fuels Pará Ltda.	100,00	100,00	1.492.012	1.529.004	194.263	1.388.356	194.263	1.388.356	1.492.012	1.529.005
			1.515.757	1.547.044	199.968	1.368.066	199.949	1.368.133	1.515.678	1.546.985
Amazonbio Acre Indústria e Comércio de Biodiesel da Amazônia	99,99	99,99	(749)	(40)	(709)	(42)	(709)	(42)	(749)	(40)
Amazonbiodiesel Ind. e Comércio de Óleos Vegetais da Amazônia	99,99	99,99	(3.493)	(2.756)	(737)	(1.592)	(744)	(1.659)	(3.493)	(2.756)
BBF Agroindustrial e Biocombustíveis Ltda.	99,99	99,99	(75)	(71)	(3)	(21)	(3)	(21)	(74)	(71)
			(4.317)	(2.867)	(1.449)	(1.655)	(1.456)	(1.722)	(4.316)	(2.867)
			1.511.440	1.544.177	198.519	1.366.411	198.493	1.366.411	1.511.362	1.544.118

Composto por:

	2021	2020
Investimentos	1.515.678	1.546.985
Provisão para perda de investimentos	(4.316)	(2.867)
Total	1.511.362	1.544.118

Movimentação:

	2021	2020
Saldo em 1º de janeiro	1.544.118	46.983
Distribuição de dividendos	(167.665)	-
Redução de capital social	(63.589)	(21.796)
Movimento registrados direto no P.L da controlada	-	152.519
Outros valores	5	1
Equivalência patrimonial	198.493	1.366.411
Saldo em 31 de dezembro	1.511.362	1.544.118

Informações adicionais sobre as investidas:

	2021					
	Amazonbio	Amazonbio Acre	Amazonbiodiesel	BBF Agro	BBF Pará	BBF RIC
Ativo	136.244	-	6.514	5.890	1.803.980	1.996.494
Passivo	112.500	749	10.007	5.965	196.436	308.046
Patrimônio líquido (negativo)	23.745	(749)	(3.493)	(75)	1.492.012	1.688.448
Receita operacional líquida	116.318	-	-	-	-	830.650
Custo dos produtos vendidos	(60.638)	-	-	-	-	(509.600)
Despesas operacionais	(32.038)	(715)	(300)	(1)	176.490	(70.590)
Resultado financeiro	(15.116)	6	(437)	(2)	-	(7.699)
Imposto de renda e contribuição social	(2.821)	-	-	-	-	(48.499)
Lucro (prejuízo) do exercício	5.705	(709)	(737)	(3)	194.263	194.262

	2020					
	Amazonbio	Amazonbio Acre	Amazonbiodiesel	BBF Agro	BBF Pará	BBF RIC
Ativo	149.387	7.087	12.042	1.313	1.725.441	1.981.796
Passivo	131.346	7.127	14.792	1.384	196.437	256.354
Patrimônio líquido (negativo)	18.041	(40)	(2.750)	(71)	1.529.004	1.725.442
Receita operacional líquida	93.837	-	-	-	-	51.658
Custo dos produtos vendidos	(58.911)	-	-	-	-	(59.889)
Despesas operacionais	(31.601)	(37)	(881)	-	1.584.793	798.159
Resultado financeiro	(26.028)	(6)	(712)	(21)	-	(4.843)
Imposto de renda e contribuição social	2.414	-	-	-	(196.437)	221.954
Lucro (prejuízo) do exercício	(20.289)	(43)	(1.593)	(21)	1.388.356	1.007.039

Aquisição BBF RIC

A Brasil Bio Fuels Pará Ltda. adquiriu a totalidade de ações da antiga Biopalma S.A. (atual BBF RIC), sendo a transação aprovada pelo CADE e publicada no Diário Oficial da União em 23 de outubro de 2020.

Em linha com o CPC 15 e com a Lei 12.973, de 2014, a Companhia elaborou o laudo de avaliação dos ativos adquiridos na combinação de negócios com a BBF RIC. Laudo foi base para o cálculo da compra vantajosa (deságio).

A composição da contraprestação, alocação preliminar do preço da aquisição, identificação do valor justo dos ativos líquidos e deságio calculados estão demonstrados a seguir:

	R\$
Total do Patrimônio Líquido a valor justo em 18/11/2020	577.755
Contraprestação transferida	-
Compra Vantajosa (registrado no resultado do exercício)	577.755

A Companhia efetuou a contabilização inicial da combinação de negócios com a BBF RIC, com base nas informações disponíveis na data de encerramento do exercício de 2020. Conforme previsto pelo CPC 15(R1) – Combinação de Negócios, ao longo do período de mensuração (até 1 ano após a aquisição), a adquirente poderá ajustar os valores reconhecidos para uma combinação de negócios.

O período de mensuração fornece um tempo para que o adquirente obtenha todas as informações necessárias para identificar e mensurar e, se for o caso, ajustar retrospectivamente os valores reconhecidos na data da aquisição para refletir qualquer nova informação obtida relativa a fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição.

Em 2021 a Companhia efetuou a atualização das informações através de laudo de avaliação considerando a data base de 31 de dezembro de 2021 e não foi identificado alterações quanto ao reconhecido na competência de 2020.

12. Partes relacionadas

	Controladora Ativo		Controladora Passivo		Consolidado Passivo	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Amazonbiodiesel Ind. e Com.	6.796	5.342	33.077	69.465	-	-
BBF Agroindustrial e Biocombustíveis	4.748	1.385	-	-	-	-
Amazonbio-Acre	127	11	-	-	-	-
Henri de K. de Denterghem	-	-	39.295	38.335	39.295	38.335
Diego de Kerchove	-	-	-	-	129	124
BBF RIC (i)	-	-	-	58.117	-	-
Outros	-	-	58	56	58	55
Total não circulante	11.671	6.738	72.430	165.973	39.482	38.514

(i) A controlada BBF RIC distribuiu dividendos referente ao resultado do exercício de 2021.

As vendas e compras envolvendo partes relacionadas são efetuadas a preços firmados entre as partes em moeda local. Os saldos em aberto no encerramento do exercício não têm garantias e são liquidados através do contrato de conta corrente. Não houve garantias prestadas ou recebidas em relação a quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas. Os saldos possuem incidência de juros em média de 1,15% a.m. e os contratos firmados possuem prazo inicial de 60 meses, porém, se ao término do prazo de duração quaisquer das partes não manifestar o ensejo de que se finde, prorrogar-se-á por tempo indeterminado, ficando facultado a qualquer das partes encerrá-lo a qualquer tempo, mediante notificação por escrito.

Transações:

	Receita operacional líquida		Custo dos produtos vendidos	
	2021	2020	2021	2020
BBF RIC	1.864	1.450	(1.372)	-
Amazonbio Acre	8.520	3.754	(8.325)	-
Total	10.384	5.204	(9.697)	-

Compartilhamento de despesas

A Companhia, em conjunto com outras entidades do Grupo compartilha as estruturas de custos corporativos, gerenciais e operacionais, qualificada como centro de serviços compartilhado. Os custos relacionados aos negócios são reconhecidos em cada uma das empresas segundo a praticabilidade e razoabilidade que lhes são atribuídos.

Remuneração da Administração

A remuneração total dos executivos da Companhia totalizou R\$1.625 em 2021 (R\$1.817 em 2020). Esses benefícios de curto prazo são compostos basicamente de salários, contribuições para seguridade social, contribuições para previdência privada, encargos sociais, participação nos lucros (programa PLR) e bônus.

Não existe remuneração vinculada a benefícios pós emprego, benefícios de longo prazo ou remuneração baseada em ações.

13. Imobilizado

	Controladora										
	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Equipamentos de informática	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Veículos	Terrenos	Instalações	Construção em andamento	Ativo biológico	Adiantamento a fornecedores	Total
Taxas anuais de depreciação (%)	4%	20%	10%	10%	20%	-	10%	-	-	-	
<u>Custo</u>											
Em 31 de dezembro de 2019	1.128	144	156	2.336	1.732	70.374	623	69.763	1.036	11.068	158.360
Adições	29	157	58	2.758	343	3.958	396	18.154	34	5.278	31.165
Baixas	-	(29)	-	-	-	-	-	-	-	-	(29)
Transferências	64.436	87	142	1.400	-	-	-	(66.065)	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2020	65.593	359	356	6.494	2.075	74.332	1.019	21.852	1.070	16.346	189.496
Adições	6.202	1.006	295	35.950	1.685	-	16.346	16.939	-	13.896	92.319
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.070)	-	(1.070)
Transferências	889	572	-	16.793	-	-	(17.365)	(889)	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2021	72.684	1.937	651	59.237	3.760	74.332	-	37.902	-	30.242	280.745
<u>Depreciação</u>											
Em 31 de dezembro de 2019	(63)	(33)	(65)	(205)	(581)	-	101	-	-	-	(846)
Adições	(486)	(101)	(25)	(917)	(523)	-	(101)	-	-	-	(2.153)
Em 31 de dezembro de 2020	(549)	(134)	(90)	(1.122)	(1.104)	-	-	-	-	-	(2.999)
Adições	(3.111)	(154)	(41)	(2.390)	(520)	-	-	-	-	-	(6.216)
Em 31 de dezembro de 2021	(3.660)	(288)	(131)	(3.512)	(1.624)	-	-	-	-	-	(9.215)
<u>Valor residual líquido</u>											
Em 31 de dezembro de 2020	65.044	225	266	5.372	971	74.332	1.019	21.852	1.070	16.346	186.497
Em 31 de dezembro de 2021	69.024	1.649	520	55.725	2.136	74.332	-	37.902	-	30.242	271.530

	Consolidado							Construção em andamento (i)	Ativo biológico	Adiantamento a fornecedores	Total
	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Equipamentos de informática	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Veículos	Terrenos	Instalações				
Taxas anuais de depreciação (%)	4%	20%	10%	10%	20%	-	10%	-	-	-	
Custo											
Em 31 de dezembro de 2019	339.528	14.804	9.886	390.231	25.569	248.475	953	87.599	1.135	15.866	1.134.046
Adições	295	744	459	25.602	900	55.526	1.158	30.155	37	5.565	120.441
Baixas	-	(133)	(7)	(1.474)	-	-	-	(6.117)	-	(3.376)	(11.107)
Transferências	67.358	122	167	12.174	(1.870)	(14)	-	(77.937)	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2020	407.181	15.537	10.505	426.533	24.599	303.987	2.111	33.700	1.172	18.055	1.243.380
Adições	20.621	3.752	900	77.128	1.751	1.100	-	43.860	-	49.999	199.111
Baixas	(142)	(29)	(11)	(3.838)	(3.152)	(10)	(1.933)	(5.791)	(1.172)	(59.396)	(75.474)
Transferências	982	487	-	8.331	-	-	-	(3.735)	-	(6.065)	-
Em 31 de dezembro de 2021	428.642	19.747	11.394	508.154	23.198	305.077	178	68.034	-	2.593	1.367.017
Depreciação											
Em 31 de dezembro de 2019	(47.542)	(11.947)	(6.617)	(231.157)	(18.893)	-	-	-	7	-	(316.149)
Adições	(14.541)	(1.001)	(876)	(39.177)	-	-	(178)	-	(7)	-	(55.780)
Em 31 de dezembro de 2020	(62.083)	(12.948)	(7.493)	(270.334)	(18.893)	-	(178)	-	-	-	(371.929)
Adições	(3.660)	(1.306)	(852)	(33.409)	(1.444)	-	-	-	-	-	(40.671)
Em 31 de dezembro de 2021	(65.743)	(14.254)	(8.345)	(303.743)	(20.337)	-	(178)	-	-	-	(412.600)
Valor residual líquido											
Em 31 de dezembro de 2020	345.098	2.589	3.012	156.199	5.706	303.987	1.933	33.700	1.172	18.055	871.451
Em 31 de dezembro de 2021	362.899	5.493	3.049	204.411	2.861	305.077	-	68.034	-	2.593	954.416

A Companhia e suas controladas não concederam bens do ativo imobilizado como qualquer garantia.

Perdas pela não recuperabilidade de Imobilizado e Intangíveis de vida útil definida (Impairment)

A controlada BBF RIC em 2019 tinha registrado o montante de R\$819.543 como provisão de não realização do ativo “impairment” e em 18.11.20 levantou laudo de avaliação que considerou a projeção do fluxo de caixa para os próximos exercícios. Baseado no laudo concluiu-se que a referida provisão poderia ser revertida devido a Companhia ter valor econômico de R\$1.562.997 mil.

De acordo com o CPC 01 e IAS 36, “Redução ao Valor Recuperável de Ativos”, os itens do ativo imobilizado, intangível e outros ativos de vida útil definida, que apresentam indicativos de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, devem ser revisados detalhadamente para determinar a necessidade de se constituir provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração revisou o valor contábil líquido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e não identificou eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

- i. As construções em andamento no consolidado estão descritas a seguir:

Projeto	31.12.21
Projeto esmagadora	19.565
Projeto ute baliza	9.258
Projeto ampliação fábrica biodiesel	5.119
Compostagem acará	4.103
Ute híbrido são Joaquim	3.981
Projeto Belém Solimões	3.051
Redler	2.886
Compostagem Moju	2.725
Palmisteria Moju	2.690
Ute feijoal	1.298
Outros	13.358
	68.034

13.1 Plantas portadoras

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Saldo 1º de janeiro	69.707	67.744	707.769	67.744
Adição de custos (i)	30.112	-	30.112	796.709
Depreciação 3,33%	(2.091)	-	(28.640)	(156.684)
Saldo 31 de dezembro	97.728	69.707	709.241	707.769
Composto por:				
Custo de formação	99.819	69.707	737.881	864.453
Depreciação acumulada	(2.091)	-	(28.640)	(156.684)
Total	97.728	69.707	709.241	707.769

- (i) São considerados os gastos necessários para manutenção do plantio como mão de obra funcionários, transporte de insumos e manutenção.

14. Direito de uso e arrendamento

Na adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16, a Companhia registrou o arrendamento de geradores de energia que vigoram por período de quinze (15) anos, podendo ser renovado ou não por um período não estipulado em contrato.

Foram contabilizados os valores correspondentes aos contratos vigentes equivalentes ao valor presente das obrigações assumidas junto às contrapartes.

O reconhecimento inicial do direito de uso do ativo está mensurado pelo custo a incorrer trazido a valor presente à taxa de 22,42% ao ano, que a administração da Companhia avaliou e entendeu que seria a melhor taxa levando em consideração o cenário atual que a Companhia está exposta. O custo compreende o valor da mensuração inicial. e a amortização desses saldos se dará conforme prazos definidos nos contratos de arrendamento.

Movimentação do ativo de direito de uso:

	Consolidado
Em 1º de janeiro de 2020	59.094
Amortização	(6.643)
Em 31 de dezembro de 2020	52.451
Amortização	(7.035)
Em 31 de dezembro de 2021	45.416

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não há indicativos de redução do valor recuperável desses ativos.

Arrendamento

A Companhia reconhece as obrigações decorrentes de seus arrendamentos, anteriormente denominados leasings. Os passivos foram reconhecidos pelos saldos a pagar remanescentes, mensurados ao valor presente pela taxa de desconto incremental aplicada nos contratos de arrendamento a alíquota de 22,42% a.a.

Movimentação do arrendamento:

Consolidado	2019	Renovações	Juros incorridos	Pagamento	Encerramentos	2020
Arrendamento	60.361	5.229	11.622	(18.118)	-	59.094
Circulante						7.670
Não Circulante						51.424

Consolidado	2020	Renovações	Juros incorridos	Pagamento	Encerramentos	2021
Arrendamento	59.094	-	8.500	(9.823)	(2.841)	54.930
Circulante	7.670					12.000
Não Circulante	51.424					42.930

a) A previsão dos fluxos de pagamentos dos arrendamentos a pagar, líquido e bruto de juros a incorrer é como segue:

Previsão de pagamentos	Valores líquidos de juros	Valor bruto com juros a incorrer
2022	1.610	12.670
2023	1.970	12.670
2024	2.412	12.670
Após 2024	48.938	97.139
Total	54.930	135.149

Previsão de pagamentos	Valores líquidos de juros	Valor bruto com juros a incorrer
2021	4.164	12.670
2022	1.610	12.670
2023	1.970	12.670
Após 2023	51.350	109.810
Total	59.094	147.820

Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira e apropriados com base na taxa real de desconto, de acordo com o prazo remanescente dos contratos.

b) Efeito de inflação

A Companhia, em plena conformidade com o CPC 06 IFRS 16 (R2), na mensuração e na remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pelo CPC 06 (R2). Tal vedação gera distorções relevantes na informação a ser prestada, dada a realidade atual das taxas de juros de longo prazo no ambiente econômico brasileiro.

Conforme orientação do Ofício-Circular CVM SNC/SEP n. 02/2019, que determina a apresentação dos saldos comparativos com aplicação da inflação projetada do ativo do direito de uso, passivo do arrendamento de direito de uso, amortização e despesa financeira. A Companhia estima uma taxa de 5,31% de inflação projetada, considerando esta taxa teríamos os seguintes impactos no exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

	Consolidado	
	Valor contábil	Inflação projetada
Ativo do direito de uso, líquido	45.416	47.828
Passivo de arrendamento	54.930	57.847
Despesa de amortização	8.678	9.139
Despesas financeiras	4.263	4.489

Apresentamos abaixo os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa de juros e da despesa de amortização dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

	Consolidado	
	2021	2020
Ativo de direito de uso		
Valor do custo	58.196	58.196
Amortização acumulada	(12.780)	(5.745)
Total	45.416	52.451
Passivo de arrendamento		
Arrendamento	54.930	59.094
Resultado		
Despesa com juros de arrendamento	(8.678)	(11.281)
Despesa com amortização de direito de uso	(4.263)	(4.844)

15. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Fornecedores de materiais	22.366	3.762	87.134	78.948
Fornecedores de ativo fixo	1.975	4.046	2.012	36.110
Fornecedores de utilidades e serviços	8.120	3.757	37.137	10.006
Outros fornecedores	-	-	3.077	3.077
Total	32.461	11.565	129.360	128.141
	-	-	-	-
Circulante	32.461	11.565	126.283	125.064
Não circulante	-	-	3.077	3.077

16. Empréstimos e financiamentos

	Encargos	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Capital de giro	De 8,8% a 11,4% + CDI a.a.	33.503	26.464	50.490	56.824
Financiamento de máquinas e equipam.	3,5% a 17,2% a.a.	1.020	-	7.911	-
FINEP: Financiadora de Estudos e Projetos	1,5% + TJLP	23.516	-	23.516	-
		<u>58.039</u>	<u>26.464</u>	<u>81.917</u>	<u>56.824</u>
Circulante		22.828	19.367	34.929	38.184
Não circulante		35.211	7.097	46.988	18.640

Os referidos contratos não estão sujeitos a cláusulas restritivas (“covenants”) financeiros.

Movimentação:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Saldo 1º de janeiro	26.464	1.377	56.824	17.255
Captações (i)	59.365	47.881	71.042	67.156
Pagamentos principal	(27.789)	(22.794)	(44.965)	(27.587)
Juros incorridos	7.242	4.533	19.001	9.349
Juros pagos	(7.243)	(4.533)	(19.985)	(9.349)
Saldo 31 de dezembro	<u>58.039</u>	<u>26.464</u>	<u>81.917</u>	<u>56.824</u>

(i) A Companhia captou valores para continuar o seu plano de investimentos representado pelos projetos UTE de São João da Baliza, Extrusora de soja no Pará e outros.

Cronograma de amortização dos empréstimos e financiamentos:

	Valor contábil	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 a 60 meses	61 a 85 meses
Controladora	58.039	22.828	35.211	-	-	-	-
Consolidado	81.917	34.929	15.008	13.052	6.085	3.695	9.148

17. Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
ICMS a recolher	2.118	289	4.179	687
Parcelamentos	4.686	4.973	11.161	11.995
IRPJ e CSLL a recolher	-	-	6.093	1.992
INSS sobre receita	156	-	2.729	1.151
Outros	900	1.322	1.754	2.904
Total	7.860	6.584	25.916	18.729
Circulante	4.130	2.425	17.220	8.893
Não circulante	3.730	4.159	8.696	9.836

18. Outras obrigações

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Adiantamento de clientes	-	-	55.959	24.161
Devolução de créditos tributários (i)	-	-	20.108	23.366
Aquisição de terras	-	-	5.504	5.504
Aquisição de investimentos (ii)	3.308	5.225	3.308	5.225
Outras provisões (iii)	5.250	-	19.186	50
Outras obrigações	2.991	18.415	6.556	23.778
Total	11.549	23.640	110.621	82.084
Circulante	11.324	16.881	82.875	44.773
Não Circulante	225	6.759	27.746	37.311

- (i) Obrigação de devolução de créditos tributários junto à Vale S.A. após a transferência do controle acionário de sua então controlada BBF RIC (nota 1).
- (ii) Em 30 de agosto de 2016, a Companhia adquiriu ações detidas pela Sequoia Capital Ltda. pelo valor total de R\$17.240 a ser pago de forma parcelada, com vencimento em agosto de 2023 conforme contrato firmado entre as partes. Em 17 de outubro de 2017, firmou-se um aditivo contratual de atualização da dívida, com redução no valor de juros nas parcelas por adimplência.
- (iii) Valor referente provisões de passivos inerentes a operação, indústria, transporte de pessoal, participações nos lucros e resultados etc.

19. Provisão para riscos

A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso.

	Consolidado	
	2021	2020
Trabalhista	21.222	21.151
Ambiental	84	84
Civil	65	65
Tributário	41	41
Total	21.412	21.341

Movimentação da provisão:

	Consolidado	
	2021	2020
Saldo 1º de janeiro	21.341	-
Provisões	71	21.341
Saldo 31 de dezembro	21.412	21.341

Referente as causas trabalhistas, em geral, os reclamantes são ex-colaboradores da área agrícola e da indústria. Essas reclamações são divididas principalmente nas seguintes categorias principais:

- (i) horas extra excessivas;
- (ii) bônus de risco à saúde;
- (iii) subsídio adicional para trabalho noturno;

(iv) reembolso de honorários advocatícios; e

(v) indenizações por danos morais. Uma reivindicação pode ter uma ou mais categorias.

Demandas judiciais com probabilidade de perda possível

As demandas judiciais não registradas nas demonstrações financeiras são de natureza ambiental, tributária, cível e trabalhista, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível e montam no Grupo o total demonstrado abaixo:

Natureza	2021	2020
Ambiental	16.681	34.834
Tributário	30.876	6.451
Cível	45.035	49.024
Trabalhista	47.532	38.704
Total	140.125	129.013

Abaixo descrevemos os processos possíveis relevantes:

A controlada BBF RIC tem diversos processos trabalhistas no montante de R\$47.532 em 2021 (R\$34.833 em 2020) e são reclamações relacionadas principalmente a adicional de insalubridade, dano moral por suportas instalações sanitárias inadequadas e/ou ausência de local adequado para as refeições, horas extras, além de intervalo obrigatório do trabalhador rural.

A controlada BBF RIC tem 10 processos cíveis requerendo pagamento de valores estipulados em contrato entre as partes e descumprimento de cláusulas, no montante de R\$33.851 em 2021 (R\$30.341 em 2020).

A controlada BBR RIC tem cinco processos tributários de auto de infração emitidos pela Receita Federal no montante de R\$28.461 em 2021 (34.411 em 2020).

20. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e 2020, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$132.723 (Cento e trinta e dois milhões, setecentos e vinte e três mil reais), divididos em 6.055.973 (Seis milhões, cinquenta e cinco mil e novecentos e setenta e três) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

	2021	%	2020	%
Sócrates Participação S.A.	3.934.566	64,97%	3.934.566	64,97%
J.C Investimentos Ltda.	546.552	9,03%	546.552	9,03%
Pierre Charles de Kerchove de Denterghem	433.608	7,16%	433.608	7,16%
Diego Emmanuel de Kerchove de Denterghem	433.608	7,16%	433.608	7,16%
Celine Marie de Kerchove de Denterghem	357.302	5,90%	357.302	5,90%
Marina Born de Engels	223.163	3,69%	223.163	3,69%
Marina Lagreca	76.305	1,26%	76.305	1,26%
Jadir Teixeira Barbosa	42.392	0,70%	42.392	0,70%
Waldir Roberto Moraes Coelho	8.477	0,14%	8.477	0,14%
Total	6.055.973		6.055.973	

b) Reserva de lucros

Reserva legal

É constituída a razão de 5% de lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, após compensação de prejuízos acumulados.

c) Reserva de incentivos fiscais

Decorrente de constituição da reserva de subvenção deu-se após a confirmação pela Financiadora de Estudos e Projetos – Finep de que o projeto de desenvolvimento de catalisador foi devidamente comprovado e aprovado, através da reversão da conta “Projetos e financiamentos – Finep” – Créditos a receber para aplicação de projetos no valor de R\$7.405 mil.

d) Lucros não destinados aguardando deliberação

Lucros não distribuídos aguardando deliberação quanto à destinação.

A Administração propôs e foi aprovado pelos acionistas em AGE realizada em 8 de setembro de 2023, a capitalização de R\$900.000 mil, de forma que o saldo das reservas de lucros não ultrapasse o capital social, conforme estabelecido no art. 199 da lei 6.404/76. Com esse aumento, o capital social passou a ser de R\$ 1.032.723 mil sem alteração da quantidade de ações.

e) Distribuição de dividendos

O Estatuto Social da Companhia determina que dos resultados apurados serão deduzidos inicialmente os prejuízos acumulados e a provisão para imposto de renda e contribuição social. Será distribuído como dividendo obrigatório 10% do lucro remanescente ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Companhia por Ações, exceto se decidido diferente, de forma unânime, em Assembleia de Acionistas.

f) Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias durante o período. Não houve efeitos diluidores no período.

	2021	2020
Lucro do exercício	169.392	1.326.880
Média ponderada do número de ações no exercício	6.055.973	6.055.973
Lucro do exercício por ação – em Reais	27,97	219,10

21. Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Venda de produtos	20.980	3.457	954.819	79.307
Venda de energia	37.391	28.596	133.298	111.061
	58.371	32.053	1.088.117	190.368
Devolução de vendas	(2.366)	(45)	(22.532)	(1.482)
Impostos sobre vendas	(5.997)	(3.070)	(50.107)	(16.402)
Frete sobre vendas	-	(681)	(39.260)	(3.936)
Total	50.008	28.257	976.218	168.548

O grupo possui três clientes que tem concentração acima de 10%. O cliente Oleoplan Para Industria de Biocombustível Ltda. tem contrato de compra de Óleo de Palma, vigente por 60 meses, para os quais está definido o volume a ser produzido e fornecido. O cliente M Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos tem contrato de fornecimento anual de Óleo de Palma o qual é renovado automaticamente. O cliente Energisa e Amazonas Energia consomem 100% da energia gerada, estipulada nos leilões para concessão de energia, que tem prazo de duração de trinta anos. A Administração entende não haver risco de perda de receita devido essa concentração, estando segura de que a produção do Óleo de Palma e Energia podem ser direcionados para outros clientes.

22. Despesas e custos por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Pessoal	(33.235)	(3.033)	(353.073)	(48.917)
Matéria prima e materiais	(18.866)	(1.104)	(190.550)	(31.887)
Utilidades	(20.416)	(50.963)	6.512	(99.020)
Ajuste ao valor justo do ativo biológico	-	-	20.958	-
Depreciação, exaustão e amortização	(11.033)	(5.194)	(322.486)	(29.715)
Reversão perda não realização do ativo	-	-	-	819.543
Compra vantajosa	-	-	-	577.755
Outras receitas e (despesas), líquidos	16.715	5	118.637	18.249
Total	(66.835)	(60.289)	(720.002)	1.169.510
Apresentadas como:				
Custo dos produtos vendidos	(61.553)	(27.994)	(611.254)	(141.590)
Despesas gerais e administrativas	(25.676)	(32.301)	(81.474)	(67.848)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	20.394	6	(27.274)	1.378.948

23. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Despesas financeiras				
Juros de empréstimos financiamentos (nota 16)	(7.242)	(4.533)	(19.001)	(9.349)
Juros de arrendamentos (nota 14)	(302)	-	(8.500)	(11.622)
Outras despesas financeiras	(4.896)	(6.909)	(11.093)	(22.155)
Total	(12.440)	(11.442)	(38.594)	(43.126)
	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receitas financeiras				
Receita de aplicação financeira	21	-	2.737	-
Descontos e juros obtidos	143	3.941	305	3.957
Outras receitas financeiras	2	2	29	59
Total	166	3.943	3.071	4.016

24. Gerenciamento de capital

A gestão de capital do Grupo é feita para equilibrar as fontes de recursos próprios e terceiras, balanceando o retorno para os acionistas e o risco para acionistas e credores.

A dívida do Grupo ao final do período e exercício é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Total do passivo e participação dos não controladores	192.419	245.219	684.296	624.710
Total do caixa e equivalentes de caixa	(8.177)	(485)	(135.998)	(39.074)
(=) Dívida líquida (A)	184.242	244.734	548.298	585.636
Total do patrimônio líquido atribuível aos controladores (B)	1.751.756	1.582.365	1.751.756	1.582.365
Índice de alavancagem (A/B)	10,52%	15,47%	31,30%	37,01%

25. Gerenciamento de riscos financeiros

A Companhia e suas controladas estão expostas a uma série de riscos decorrentes de suas operações, tais como o risco relacionado aos preços, às taxas cambiais e de juros, risco de crédito e de liquidez. A gestão de riscos corporativos insere-se no compromisso da companhia de atuar de forma ética e em conformidade com os requisitos legais.

25.1 Instrumentos financeiros

a) Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

Consolidado	Valor justo por meio do resultado		Ativo mensurado ao custo amortizado		Passivo mensurado ao custo amortizado	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	135.998	39.074	-	-	-	-
Contas a receber	-	-	56.673	11.854	-	-
Instrumentos financeiros ativos	135.998	39.074	56.673	11.854	-	-
Fornecedores	-	-	-	-	129.360	128.141
Partes relacionadas	-	-	-	-	39.482	38.514
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	81.917	56.824
Arrendamento	-	-	-	-	54.930	59.094
Passivos financeiros	-	-	-	-	305.689	282.573

Os instrumentos financeiros referentes a caixa e equivalentes de caixa, empréstimos, financiamentos e debêntures, estão classificados como Nível 2, na hierarquia de valor justo.

Considerando a natureza dos demais instrumentos financeiros, ativos e passivos do Grupo, os saldos reconhecidos no balanço patrimonial se aproximam dos valores justos, levando-se em conta os prazos de vencimentos próximos à data do balanço, comparação das taxas de juros contratuais com as taxas de mercado em operações similares nas datas de encerramento dos exercícios, e sua natureza e prazos de vencimento.

Não houve transferências entre níveis a serem consideradas no exercício de 31 de dezembro de 2021.

b) Gerenciamento de riscos financeiros

As atividades da Companhia a expõe a riscos financeiros de mercado, de crédito e de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

O departamento de gestão de riscos estabelece princípios, procedimentos e políticas, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

Risco de mercado

Risco cambial

Este risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa financeira (ou receita), o saldo passivo (ou ativo) de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira e do saldo de caixa em moeda estrangeira. Parte substancial das operações da Companhia e seus ativos e passivos são denominados em moeda local (Real), desta forma, em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possui risco relevante de eventuais variações de moedas estrangeiras.

Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia virem a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que são aplicadas aos seus passivos e ativos captados (aplicados) no mercado. Para minimizar possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros, a Companhia adota a política de diversificação, alternando a contratação de taxas fixas e variáveis.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	8.177	485	135.998	39.074
Contas a receber	8.675	2.947	56.673	11.854
Total	16.852	3.432	192.671	50.928
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	58.039	26.464	81.917	56.824
Partes relacionadas a pagar	72.430	165.973	39.482	38.514
Total	130.469	192.437	121.399	95.338

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base na exposição às taxas de juros de instrumentos derivativos e não derivativos na data de relatório, vide quadro abaixo, em que a exposição líquida a taxa de juros em 31 de dezembro de 2021 e 2020 era de R\$13.535 e 57.232, respectivamente.

Para tais passivos com taxas de juros variáveis (taxa CDI), a análise é preparada assumindo que o valor do passivo em aberto na data de relatório estava em aberto durante todo o exercício. A Companhia, baseada na expectativa do Boletim Focus e suportado também pela expectativa expressa nos relatórios de projeções dos principais bancos do país, não espera que a apreciação na taxa DI seja razoavelmente possível em breve, e, portanto, não considerou cenários nesse sentido. Logo, as taxas destacadas nos três cenários abaixo são usadas ao reportar o risco de taxa de juros internamente para o pessoal-chave da Administração e representa a avaliação da Administração da alteração razoavelmente possível nas taxas de juros.

Cenário I – Corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das informações financeiras;

Cenário II – Corresponde a alteração de 10% nas taxas de juros, apreciação e depreciação, calculadas sobre a taxa do cenário I, tendo em vista o julgamento da administração e indicadores econômicos disponíveis;

Cenário III – Corresponde a alteração de 20% nas taxas de juros, apreciação e depreciação, calculadas sobre a taxa do cenário II, tendo em vista o julgamento da administração.

Instrumentos	Exposição em 2021	Risco	Provável		Apreciação de taxas				Depreciação das taxas			
					Variação do índice em 10%		Variação do índice em 20%		Variação do índice em 10%		Variação do índice em 20%	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor
Ativos financeiros												
Aplicações financeiras	27.757	CDI	4,49	1.246	4,94	1.371	5,39	1.496	4,04	1.121	3,59	996
Aplicações financeiras	8.157	CDI	4,39	358	4,83	394	5,27	430	3,95	322	3,51	286
Aplicações financeiras	5.247	CDI	4,32	227	4,75	249	5,18	272	3,89	204	3,46	182
Aplicações financeiras	93.586	CDI	4,30	4.024	4,73	4.427	5,16	4.829	3,87	3.622	3,44	3.219
Total	134.747			5.855		6.441		7.027		5.269		4.683
Passivos financeiros												
Partes relacionadas	39.295	Selic	9,25	3.635	10,18	4.000	11,10	4.362	8,32	3.269	7,40	2.908
Empréstimos	7.911	Selic	9,25	732	10,18	805	11,10	878	8,32	658	7,40	585
Empréstimos	50.490	CDI	4,49	2.267	4,94	2.494	5,39	2.721	4,04	2.040	3,59	1.813
Empréstimos	23.516	TJLP	5,32	1.251	5,85	1.376	6,38	1.500	4,79	1.128	4,26	1.003
Total	121.212			7.885		8.675		9.461		7.095		6.309
Total dos ativos e passivos financeiros líquidos	(13.535)			2.030		2.234		2.434		1.826		1.626
Impacto no resultado e no patrimônio líquido						204		404		(204)		(404)
Instrumentos	Exposição em 2020	Risco	Provável		Apreciação de taxas				Depreciação das taxas			
					Variação do índice em 10%		Variação do índice em 20%		Variação do índice em 10%		Variação do índice em 20%	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor
Ativos financeiros												
Aplicações financeiras	119	CDI	2,78	3	3,06	4	3,34	4	2,50	3	2,22	3
Aplicações financeiras	37.808	CDI	2,73	1.032	3,00	1.134	3,28	1.240	2,46	930	2,18	824
Total	37.927			1.035		1.138		1.244		933		827
Passivos financeiros												
Partes relacionadas	38.335	Selic	12,25	4.696	13,48	5.168	14,70	5.635	11,02	4.225	9,80	3.757
Empréstimos	56.824	CDI	12,51	7.109	13,76	7.819	15,01	8.529	11,26	6.399	10,01	5.690
Total	95.159			11.805		12.987		14.164		10.624		9.447
Total dos ativos e passivos financeiros líquidos	57.232			10.770		11.849		12.920		9.691		8.620
Impacto no resultado e no patrimônio líquido						1.079		2.150		(1.079)		(2.150)

Risco de crédito

Advém da possibilidade da Companhia e suas controladas não receberem valores decorrentes de operações de vendas ou de créditos (contas a receber), dos adiantamentos a fornecedores (nota 8) e seu caixa e equivalentes de caixa. Para atenuar este risco, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, estabelecimento de um limite de crédito e acompanhamento permanente do seu saldo devedor, bem como exige garantias, principalmente notas promissórias (para clientes que avalia serem de maior risco).

A Companhia entende que o risco de crédito está coberto com a política de contabilização da perda esperada para créditos de liquidação duvidosa e procedimentos de gerenciamento de risco. As contas a receber por idade de vencimento e as eventuais perdas esperadas estão demonstradas na nota 5.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e suas controladas na administração da liquidez são de garantir, na medida do possível, que sempre terão liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas.

A Administração monitora o nível de liquidez da Companhia e suas controladas, considerando o fluxo de caixa esperado e, caixa e equivalentes de caixa. Além disso, a política de gestão de liquidez da Companhia e suas controladas envolve a projeção de fluxos de caixa e a consideração do nível de ativos líquidos necessários para alcançar essas projeções e a manutenção de planos de financiamento de dívida.

O valor contábil dos passivos financeiros com risco de liquidez está representado:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Empréstimos e financiamentos	58.039	26.464	81.917	56.824
Fornecedores	32.461	11.565	129.360	128.141
Partes relacionadas a pagar	72.430	165.973	39.482	38.514
Outras obrigações	11.549	23.640	110.621	82.084
Arrendamento	-	2.748	54.930	59.094
Total	174.479	230.390	416.310	364.657
Circulante	66.613	50.561	256.087	215.691
Não circulante	107.866	179.829	160.223	148.966

A seguir estão demonstrados os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamento de juros estimados e excluindo impacto dos acordos de compensação:

Consolidado	Valor contábil	Fluxo de caixa	12 meses	> 12 meses
Passivos financeiros não derivativos				
Empréstimos e financiamentos	81.917	98.893	40.566	58.327
Fornecedores	129.360	129.360	126.283	3.077
Partes relacionadas a pagar	39.482	39.482	-	39.482
Outras obrigações	110.621	110.621	82.875	27.746
Arrendamento	54.930	59.095	4.165	54.930
Total	416.310	437.451	253.889	183.562

Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade e perpetuação dos negócios da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esses custos financeiros relacionados.

Condizente com outras companhias do setor, a administração da Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira são:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Empréstimos e financiamentos	(58.039)	(26.464)	(81.917)	(56.824)
Partes relacionadas a pagar	(72.430)	(165.973)	(39.482)	(38.514)
Caixa e equivalentes de caixa	8.177	485	135.998	39.074
Dívida líquida	(122.292)	(191.952)	14.599	(56.264)
Total do Patrimônio líquido	1.751.756	1.582.365	1.751.834	1.582.432
Índice de alavancagem financeira	(6,98%)	(12,13%)	0,83%	(3,56%)

26. Informações por segmento

O Grupo considera dois segmentos reportáveis, considerando os mais representativos, denominados “Energia” e “Óleo de Palma” e um segmento denominado como “Outros”. A Administração realiza a tomada de decisões relativas ao planejamento estratégico, financeiro, de compras, de investimento e de aplicação de recursos são efetuadas com bases em relatórios que indicam os segmentos de forma consolidada, onde as transações entre as partes relacionadas são eliminadas. Assim, para melhor representar a posição e resultado de cada segmento para tomada de decisões os montantes e transações são apresentados líquidos.

O seguinte resumo descreve, conforme CPC 22 – Informações por segmento (IFRS 8), as operações em cada um dos segmentos que o Grupo diversifica em suas análises e reportes aos seus administradores e acionistas:

Energia: composto pelas operações (i) Amazonbio, (ii) Amazonbio Acre, (iii) BBF S.A. e (iv) BBF Pará II;

Óleo de Palma: composto pela operação da BBF RIC;

Outros: composto pelas operações de biodiesel, soja e transportes.

Itens	Energia		Óleo Palma		Outros		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Ativo	493.132	411.165	1.996.494	1.981.796	(53.574)	(185.893)	2.436.052	2.207.068
Passivo	246.570	209.505	308.046	256.354	129.602	158.778	684.218	624.637
Patrimônio líquido	246.562	201.659	1.688.448	1.725.442	(183.176)	(344.670)	1.751.834	1.582.431
Receita operacional líquida	162.825	120.116	830.650	51.658	(17.257)	(3.226)	976.218	168.548
Custo dos produtos vendidos	(106.103)	(64.945)	(509.600)	(59.889)	4.449	(16.756)	(611.254)	(141.590)
Despesas operacionais	(37.924)	(31.672)	(70.590)	798.159	(234)	544.613	(108.748)	1.311.100
Resultado financeiro	(15.297)	(22.681)	(7.699)	(4.843)	(12.527)	(11.586)	(35.523)	(39.110)
Imposto de renda e contribuição social	(2.341)	2.414	(48.499)	221.954	(480)	(196.436)	(51.320)	27.932
Lucro do exercício	<u>1.160</u>	<u>3.232</u>	<u>194.262</u>	<u>1.007.039</u>	<u>(26.049)</u>	<u>316.609</u>	<u>169.373</u>	<u>1.326.880</u>

27. Seguros

Para proteção dos seus ativos e de suas responsabilidades, a Companhia e suas controladas mantém em vigor apólices de Responsabilidade Civil e Risco Operacional com cobertura para danos materiais e lucros cessantes.

Para os projetos em execução (implantações das UTEs), a Companhia possui apólices de Seguro de Fiel Cumprimento (garantia de performance junto à Aneel) contratadas com vigência para todo o período de execução do projeto.

Além das apólices supracitadas, possui adicionalmente apólice específica para Responsabilidade Civil (D&O) para todos executivos e diretores da Companhia e controladas.

Todas as apólices foram contratadas com especificações: coberturas, limites, condições e prazos, considerados pela Companhia como adequados e compatíveis aos riscos inerentes ao negócio e operações, tendo vigência de 1 ano sendo renovadas periodicamente.

Cobertura	Valor
Equipamentos Agrícolas	71.912
Fiel Cumprimento	52.791
Responsabilidade Cível Geral	50.000
Responsabilidade Civil Administradores e Diretores (D&O)	100.000
Risco de Engenharia	88.149
Riscos Operacionais	767.234
Seguro Garantia	260.005
Seguro Garantia Judicial	8.633
Total	1.398.724

28. Transações que não afetam o caixa

Aquisição de imobilizado

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, houve adições imobilizado no montante de R\$2.012 (R\$1.092 em 31 de dezembro de 2020) no consolidado, no qual não houve desembolso de caixa.

29. Compromissos

A empresa Amazonbio e BBF S.A. devido comercializarem energia, devem seguir a Lei 9991 de 24/07/00 e Resolução 316 de 13/05/08, sendo obrigadas a investir em pesquisa e desenvolvimento o percentual de 1% sobre a receita operacional líquida. Anualmente as empresas prestam conta a ANEEL mediante envio do relatório.

30. Eventos subsequentes

Em junho de 2022, A BBF alcançou “Grau de Investimento” com perspectiva positiva, pela agência Fitch Ratings, uma das maiores agências de classificação de risco de crédito do mundo.

No ano de 2022 a controladora emitiu debêntures em reais no montante de R\$188.463, com vencimento entre 2027 e 2029, indexado ao CDI e IPCA e juros médios de 6,75% a 14,00%.

Em 30 de junho de 2023 o Sr. Henri Denterghem transferiu 100% de suas ações e deixou de ser partes relacionadas, passando os saldos a serem considerados como “empréstimos”.

Entre o período 1º de janeiro de 2023 a 31 de julho de 2023, o grupo efetuou a captação de R\$162.442 mil através de instrumentos de dívida, em reais, junto a instituições financeiras Banco Itaú, Safra, Sofisa, Volvo, ABC, Daniele, Amazônia, CNH Industrial e ABC, com juros de 2,09% a 30,58% a.a. O vencimento do principal se dará 36 parcelas com vencimento a partir de 2024, enquanto os juros serão pagos mensalmente a partir do mês seguinte a contratação. Os recursos foram utilizados principalmente para pagamento de projetos de investimentos e fornecedores da operação. O instrumento de dívida é não conversível em ações e não há ativos dados em garantia.

A UTE de Baliza recebeu autorização da ANEEL, em junho de 2023, e passou a operar em escala comercial. A estimativa é de gerar 7 MW com a utilização de 100% de Biomassa na primeira fase e na segunda fase será híbrido com óleo de palma.

Em 30 de junho de 2023, o Sr. Henri Denterghem transferiu 100% de suas ações e deixou de ser partes relacionadas, passando os saldos a serem considerados como "empréstimos".

Para suportar todo esse crescimento e melhorar a governança dos controles, a BBF iniciou em dezembro de 2022 a implantação do sistema SAP, com o envolvimento de diversas áreas, colaboradores internos e externos e deverá ser finalizado ainda em 2023.

No mês de julho de 2023 o grupo efetuou a captação de R\$13.105 mil através de instrumentos de dívida, em reais, junto a instituição financeira Banco Danielle (Finaxis) com juros de mercado. O vencimento do principal se dará em 36 parcelas com vencimento a partir de 2024, enquanto os juros serão pagos mensalmente a partir do mês seguinte a contratação. O instrumento de dívida é não conversível em ações e não há ativos dados em garantia.

Em 8 de setembro de 2023, foi aprovada a capitalização de R\$900.000 utilizando parte da reserva de lucros não destinados aguardando deliberação.
